



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
CENAF, Lote 7, Variante 2 - Bairro Capucho - CEP 49081-000 - Aracaju - SE - <http://www.tre-se.jus.br>

EDITAL DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

PREGÃO 20/19 - ELETRÔNICO

PROCESSO SEI 0022849-56.2019.6.25.8000

ATENÇÃO

O **Acórdão TCU-Plenário 754/2015** determina aos órgãos da Administração Pública que: "(...) autuem processo administrativo com vistas à apenação das empresas que praticarem, injustificadamente, ato ilegal tipificado no art. 7º da Lei 10.520/2002 e alertem-nos de que tal dispositivo tem caráter abrangente e abarca condutas relacionadas não apenas à contratação em si, mas também ao procedimento licitatório e à execução da avença(...)".

Em cumprimento à determinação, **alerta-se** para que o licitante analise detalhadamente o edital e seus anexos para formular proposta/lance passível de cumprimento.

A prática injustificada de atos tais como não manter a proposta (ex. desistência, não envio de amostra, planilha, laudos) e deixar de enviar documentação exigida (ex. documentos de habilitação), sem prejuízo de outras infrações cometidas na licitação/contratação, sujeitará o licitante às penalidades cabíveis, apuradas em regular processo administrativo, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE**, doravante denominado **TRE-SE**, CNPJ 06.015.356/0001-85, com sede no Centro Administrativo Governador Augusto Franco (CENAF), Variante 2, Lote 7, Capucho, 49.081-000, Aracaju/SE, comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, em meio **ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO**, dirigida por seu Pregoeiro, auxiliado pela Equipe de Apoio, designados pela Portaria TRE-SE 886/2019, e regida pela Lei 10.520/2002, pelo Decreto 5.450/2005, pela Lei Complementar 123/2006, pelo Decreto 8.538/2015, pelo Decreto nº 9.507/2018, pela Resolução CNJ 169/2013, pela Resolução TSE 23.234/2010, pela Resolução TRE-SE 120/2015 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993 e pela Instrução Normativa SLTI/MPOG 5/2017, bem como subordinada às condições e exigências estabelecidas neste Edital e em seu(s) Anexo(s), objetivando a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E CONTINUADOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS PARA A SEÇÃO DE URNAS ELETRÔNICAS, PARA O POSTO DE ATENDIMENTO DO TRE-SE NO CEAC DO SHOPPING RIOMAR E PARA A SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL**.

Este Pregão será julgado segundo o fator **preço global por item** e terá como fonte para seu pagamento recursos orçamentários e financeiros oriundos do Orçamento Geral da União, à conta dos Programas de Trabalho 02.122.0570.20GP.0028/Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - PTRES: 084632 e 02.061.0570.4269.0001 - Pleitos Eleitorais (Atualização e Manutenção do Sistema de Votação) - PTRES: 084799, Grupo Natureza de Despesa (GND) – Outras Despesas Correntes.

A sessão pública, com o uso de recursos de tecnologia da informação, ocorrerá às **9h (NOVE HORAS)**, **HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019**, no site www.comprasgovernamentais.gov.br.

1 OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 A presente licitação tem por objeto a **contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços especializados e continuados de auxiliar de serviços administrativos para a Seção de Urnas Eletrônicas, para o Posto de Atendimento do TRE-SE no CEAC do Shopping Riomar e para a Seção de Manutenção Predial**, de acordo com as normas estabelecidas neste Edital e em seu(s) Anexo(s).

2 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 Para participar deste Pregão Eletrônico, o licitante deverá se credenciar no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e obter chave de identificação e senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema (www.comprasgovernamentais.gov.br).

2.1.1 O credenciamento junto ao provedor do sistema (www.comprasgovernamentais.gov.br) implica a responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão Eletrônico.

2.1.2 Para participação neste Pregão Eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema (www.comprasgovernamentais.gov.br), que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste Edital.

2.1.3 O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br) é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TRE-SE responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido, ainda que provocados por terceiros.

2.1.4 Os licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor no prazo mínimo de 3 (três) dias úteis antes da data de realização deste Pregão Eletrônico.

2.2 Não serão admitidos o consórcio de licitantes e a participação de cooperativas de mão de obra (Termo de Conciliação firmado entre o Ministério Público da União e a Advocacia Geral da União e homologado nos autos do Processo 01082-2002-020-10-00-0, perante o Juízo da 20ª Vara do Trabalho de Brasília/DF).

2.3 Não poderão participar deste certame:

2.3.1 Empresários cujos Estatutos ou Contratos sociais não incluam o objeto desta licitação.

2.3.2 Empresas que tenham em seu quadro societário, ainda que sem função gerencial, servidor, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação (art., 2º, VI, da Resolução CNJ 7/2005).

2.3.3 Empresas que tenham entre seus empregados cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de

cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal (art. 2º, VI, da Resolução CNJ 7/2005).

2.4 A microempresa ou a empresa de pequeno porte optante por recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional poderá participar desta licitação, desde que comprovada a não utilização dos benefícios tributários do regime tributário diferenciado na proposta de preços e que, caso venha a ser contratada, faça a comunicação ao órgão fazendário competente, para fins de exclusão do regime diferenciado, e para que passe a recolher os tributos pelo regime comum (Acórdão TCU-Plenário 797/2011).

2.4.1 A licitante optante pelo Simples Nacional que porventura venha a ser contratada **deverá**, após a assinatura do contrato, no prazo de 90 (noventa) dias, apresentar cópia dos ofícios, com comprovantes de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra (situação que gera vedação à opção por tal regime tributário) à Receita Federal do Brasil, no prazo previsto no inciso II do § 1º do artigo 30 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

2.4.2 Caso a licitante optante pelo Simples Nacional não efetue a comunicação no prazo estabelecido, o próprio Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, em obediência ao princípio da probidade administrativa, efetuará a comunicação à Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, para que esta efetue a exclusão de ofício, conforme disposto no inciso I do artigo 29 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

3 FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

3.1 A participação neste Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da proposta, a partir de **25 DE OUTUBRO DE 2019**, dia da publicação do Aviso de Licitação no Diário Oficial da União, Seção 3, até o dia **08 DE NOVEMBRO DE 2019**, antes da abertura da sessão pública na internet, em formulário específico, exclusivamente por meio do sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br).

3.1.1 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

3.2 O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br), assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

3.3 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br) durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida ou de sua desconexão.

3.4 Nas propostas serão considerados obrigatoriamente:

3.4.1 Preços, em moeda nacional, observando-se as especificações necessárias indicadas no **Anexo I – Termo de Referência** e inclusos os encargos ou despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, tais como: impostos, taxas, transportes, seguros, encargos fiscais e todos os ônus diretos.

3.4.1.1 Para elaborar a proposta, o licitante deverá preencher a Planilha de Formação de Preços constante do **Anexo II**.

3.4.2 Especificações do objeto e prazos conforme item 5 deste Edital, **Anexo I – Termo de Referência** e **Anexo III – Minuta do Contrato**.

3.4.2.1 O encaminhamento da proposta implica adesão à descrição complementar constante do **Anexo I – Termo de Referência** e do **Anexo III – Minuta do Contrato**.

3.4.2.1.1 É desnecessária a repetição dos termos constantes da descrição complementar.

3.4.2.1.2 Não será considerado o preenchimento do campo em desconformidade com a descrição complementar.

3.4.3 Declaração firmada no campo próprio de que atende os requisitos do art. 3º, I ou II, da Lei Complementar 123/2006, sob pena de decadência do direito de pleitear os benefícios previstos na referida Lei.

3.5 O licitante vencedor deverá informar durante a sessão de julgamento, via sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br) ou, caso haja problema de conexão, pelo e-mail licitacoes@tre-se.jus.br, o sindicato, acordo, convenção coletiva ou sentença normativa que rege a categoria profissional que executará o serviço, se houver, bem como a respectiva data base e vigência, conforme Código Brasileiro de Ocupações (CBO).

3.6 A contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 57, §1º, da Lei 8.666/1993.

3.6.1 O disposto no item 3.6 deve ser observado ainda para os custos variáveis decorrentes de fatores ulteriores e incertos, tais como os valores providos para as despesas com despedida sem justa causa ou com o quantitativo de vales-transporte.

3.6.2 Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades do TRE-SE, a Administração deverá efetuar o pagamento segundo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se preciso e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base no art. 65, I, "b", da Lei 8.666/1993.

3.6.3 A apresentação de proposta(s) implica obrigatoriedade de cumprimento das disposições nela(s) contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos termos definidos, conforme especificações e exigências constantes dos Anexos a este Instrumento.

4 FORMA DE HABILITAÇÃO

4.1 O **licitante**, para habilitar-se, deve apresentar os seguintes documentos:

4.1.1 Comprovação de cadastramento feita mediante apresentação do Certificado de Registro Cadastral (CRC) expedido por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública ou, em sua falta, apresentação dos documentos estipulados a seguir, conforme o caso:

4.1.1.1 Registro comercial, no caso de empresário.

4.1.1.2 Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

4.1.1.3 Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício.

4.1.1.4 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

4.1.1.5 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente a seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste Instrumento.

4.1.2 Prova de regularidade para com as Fazendas federal (certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de tributos e contribuições federais e certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa da dívida ativa da União) e municipal, do domicílio ou sede do licitante ou outra equivalente, na forma da lei.

4.1.3 Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

4.1.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A do Decreto-Lei 5.452/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT).

4.1.5 Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

4.1.6 Para fins de demonstração da qualificação econômico-financeira, o licitante deverá comprovar, ainda, patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e de demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da sessão pública de abertura deste processo licitatório.

4.1.7 Para fins de comprovação da qualificação técnico-operacional do licitante, deverá(ão) ser apresentado(s) 1 (um) ou mais atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando que o licitante executa/executou contrato com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) de todos os postos de trabalho previstos na tabela constante da **cláusula primeira do Anexo I - Termo de Referência**, compatível(eis) com o objeto desta Contratação, admitida a soma de atestados/declarações para o quantitativo, desde que se trate de contratações concomitantes.

4.1.7.1 Não serão considerados os atestados de capacidade técnico-operacional emitidos por pessoas jurídicas integrantes do mesmo grupo comercial, industrial ou de qualquer atividade econômica de que faça parte o licitante.

4.1.7.2 O TRE-SE poderá realizar diligência a fim de confirmar a veracidade das informações prestadas, podendo requerer cópias de Contratos, notas fiscais ou de quaisquer outros documentos que comprovem a prestação dos serviços.

4.1.7.3 Caso seja constatada divergência entre as informações atestadas e os serviços efetivamente realizados, o atestado será desconsiderado.

4.1.8 Prova de não-inclusão no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>.

4.1.9 Prova de não-inclusão no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA), disponível em: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php.

4.2 Os empresários ou sociedades com Níveis I (Credenciamento), II (Habilitação Jurídica), III (Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal), IV (Regularidade Fiscal Municipal), V (Qualificação Técnica) e VI (Qualificação Econômico-Financeira) válidos no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ficam dispensados de apresentar os documentos exigidos nos itens **4.1.1** a **4.1.7** desta cláusula, devendo cumprir as demais exigências.

4.3 A regularidade do licitante no SICAF será constatada por meio de consulta *on-line* na fase de habilitação.

4.4 No sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br), ao assinalar o campo específico no qual declara estar ciente e concordar com as condições contidas no Edital e em seus Anexos, o licitante também estará declarando que não viola a proibição do art. 7º, XXXIII, da CRFB/1988, ou seja, que não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, e que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ficando, assim, dispensado do encaminhamento da declaração em referência.

5 PRAZOS

5.1 O prazo de validade da Proposta será de 60 (sessenta) dias contados de sua recepção, considerando-se para este fim a data da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

5.2 O TRE-SE, observando o prazo de validade da proposta, convocará o adjudicatário para, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados da data em que receber a convocação, assinar o Contrato e optar pela modalidade de garantia, nos termos da **cláusula sexta do Anexo I - Termo de Referência**.

5.2.1 Integram o Contrato, independentemente de sua transcrição, o Edital desta licitação, seu(s) Anexo(s) e a proposta da contratada.

5.3 Os prazos, o local e as demais condições de execução da contratação encontram-se definidos nos **Anexos I, III e IV** deste Edital (Termo de Referência, Minuta do Termo de Contrato e Instrumento de Medição de Resultado, respectivamente).

6 PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO

6.1 Esclarecimentos e Impugnação do Edital:

6.1.1 Qualquer pessoa poderá:

6.1.1.1 Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, apresentar pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório, exclusivamente por meio do endereço eletrônico licitacoes@tre-se.jus.br.

6.1.1.2 Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, impugnar o Edital por meio do endereço eletrônico licitacoes@tre-se.jus.br.

6.1.2 O Pregoeiro, auxiliado pela Seção de Licitações, decidirá sobre o esclarecimento ou impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

6.1.2.1 O pedido de esclarecimento ou impugnação enviado depois do encerramento das atividades do dia será considerado recebido na primeira hora do expediente do dia útil seguinte, no TRE-SE, cujo horário de funcionamento é das 7h às 13h.

6.1.2.2 O pedido de esclarecimento ou impugnação e sua resposta estarão disponíveis nos sítios www.comprasgovernamentais.gov.br e <http://www.tre-se.jus.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/pregoes-2019>.

6.1.2.3 Acolhida a impugnação e se ela afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame.

6.2 Classificação das Propostas e Formulação dos Lances:

6.2.1 O Pregoeiro, via sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br), dará início à Sessão Pública na data e horário previstos neste Edital, com a divulgação das propostas recebidas em conformidade ao item **3.1**.

6.2.1.1 O Pregoeiro procederá à verificação da conformidade das propostas quanto ao objeto, desclassificando fundamentadamente as que não atendam às exigências deste Edital.

6.2.1.1.1 A proposta somente será classificada para a etapa competitiva se atender aos requisitos do **item**.

6.2.2 Aberta a sessão pública, na fase de lances, o licitante poderá encaminhá-los exclusivamente por meio do sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br), sendo imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

6.2.2.1 Os lances serão ofertados **pelo valor total do item**, considerando todo o período de contratação (24 meses, conforme **cláusula primeira do Anexo I – Termo de Referência**).

6.2.3 O licitante poderá oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação.

6.2.4 Somente será aceito lance inferior ao último valor registrado no sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br) e ofertado pelo mesmo licitante.

6.2.5 Em havendo mais de um registro de igual valor, prevalecerá aquele que for recebido em primeiro lugar.

6.2.6 Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação de seu detentor.

6.2.7 A fase de lances será encerrada mediante aviso de seu fechamento iminente aos licitantes por meio do sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br).

6.3 Aceitabilidade das Propostas e Habilitação:

6.3.1 Condições Gerais de Aceitabilidade:

6.3.1.1 Após o encerramento da fase de lances, e antes de analisar a aceitabilidade da proposta, o Pregoeiro deverá encaminhar contraproposta via chat do sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br), ao licitante cuja proposta esteja classificada em primeiro lugar para o **item**, a fim de:

6.3.1.1.1 Obter preço mais vantajoso para a Administração.

6.3.1.1.2 Ajustar o(s) preço(s) que se encontre(m) superior(es) ao(s) valor(es) de referência (conforme tabela constante da **cláusula primeira do Anexo I - Termo de Referência**), caso em que o licitante será convocado a fazê-lo, até o limite e no prazo informados pelo Pregoeiro, podendo esse prazo ser prorrogado, se houver justificativa plausível do licitante.

6.3.1.2 Serão recusadas as propostas:

6.3.1.2.1 Cujo(s) preço(s) não seja(m) ajustado(s) conforme o item **6.3.1.1.2**.

6.3.1.2.2 Cujo(s) preço(s) seja(m) manifestamente inexequível(is), assim considerado(s) aquele(s) que não venha(m) a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos dos insumos sejam coerentes com os praticados no mercado.

6.3.1.2.3 Cujas características não sejam compatíveis às especificações do objeto.

6.3.1.3 Havendo necessidade de esclarecimentos complementares ou indícios de inexequibilidade da proposta (incapacidade para o cumprimento das obrigações a serem assumidas), o licitante será convocado, via chat, para que se manifeste, no prazo estipulado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação, podendo esse prazo ser prorrogado, se houver justificativa plausível do licitante.

6.3.1.3.1 Para efeito de comprovação da exequibilidade da proposta de preços poderão ser adotados, dentre outros, os seguintes procedimentos:

6.3.1.3.1.1 Questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativa e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade.

6.3.1.3.1.2 Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas.

6.3.1.3.1.3 Verificação de outros Contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada.

6.3.1.3.1.4 Levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho e Emprego e junto ao Ministério da Previdência Social.

6.3.1.3.1.5 Consultas a Entidades ou Conselhos de Classe, Sindicatos ou similares.

6.3.1.3.1.6 Pesquisa de preços com fornecedores dos insumos utilizados.

6.3.1.3.1.7 Verificação de Notas Fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente.

6.3.1.3.1.8 Levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa.

6.3.1.3.1.9 Estudos setoriais.

6.3.1.3.1.10 Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal.

6.3.1.3.1.11 Análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a prestação dos serviços.

6.3.1.3.1.12 Verificação de Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho.

6.3.1.3.1.13 Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

6.3.2 Condições Específicas de Aceitabilidade:

6.3.2.1 O licitante cuja proposta seja classificada em primeiro lugar deverá enviar ou entregar Planilha de Formação de Preço (conforme modelo do **Anexo II**) e a Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP) ou documento apto a comprovar o Fator Acidentário de Prevenção (FAP) e o Risco Ambiental do Trabalho (RAT) do licitante, em ordem de preferência, por intermédio do recurso "Enviar Anexo" do sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br), pelo e-mail licitacoes@tre-se.jus.br ou na Seção de Licitações, observado o prazo estipulado pelo Pregoeiro, podendo esse prazo ser prorrogado, se houver justificativa plausível do licitante.

6.3.2.1.1 O envio/entrega e a análise da planilha precedem a aceitação da proposta classificada em primeiro lugar.

6.3.2.1.1.1 A Planilha de Formação de Preço constante do **Anexo II** deste Edital servirá de modelo para a elaboração da proposta, devendo o licitante nela informar o acordo, convenção coletiva ou sentença normativa utilizada como parâmetro, cabendo-lhe ainda apresentar justificativa caso haja alteração dos itens de custos.

6.3.2.1.1.2 Nos custos indiretos, deve constar a previsão do custo com a manutenção mensal da conta vinculada para depósito dos encargos trabalhistas, consoante acordo firmado entre o TRE-SE e o Banco do Brasil, o qual estabelece a cobrança mensal de tarifas de manutenção, conforme Tabela de Tarifas afixada nas agências do Banco e disponível na internet (www.bb.com.br), na forma da regulamentação vigente do Banco Central do Brasil.

6.3.2.1.1.3 Caso a proposta apresente percentuais diferentes daqueles informados no **Anexo II**, deverá o licitante apresentar a respectiva justificativa e a memória de cálculo.

6.3.2.1.2 Para obtenção do valor de referência desta contratação foram consideradas as categorias previstas na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) firmada entre o Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado de Sergipe, CNPJ 32.742.231/0001-67, para o período de 1º/1 a 31/12/2019, registrada no Ministério do Trabalho e Emprego com o protocolo SE000041/2019.

6.3.2.1.2.1 Na elaboração de sua planilha de formação de preços, o licitante poderá utilizar norma coletiva de trabalho diversa daquela adotada pelo órgão ou entidade como parâmetro para o orçamento estimado da contratação, **tendo em vista que o enquadramento sindical do empregador é definido por sua atividade econômica preponderante**, e não em função da atividade desenvolvida pela categoria profissional que prestará os serviços mediante cessão de mão de obra (art. 581, § 2º, da CLT; art. 8º, inciso II, da Constituição Federal; Acórdão TCU 1097/2019-Plenário).

6.3.2.1.3 Na hipótese de a planilha ser apresentada com incorreções, o Pregoeiro poderá conceder prazo ao licitante, nos moldes delineados no item **6.3.2.1**, para que proceda aos devidos ajustes.

6.3.2.1.4 Se o licitante vencedor deixar de apresentar a Planilha de Formação de Preço nos termos estabelecidos neste Edital (**Anexo II**) ou não providenciar o saneamento das incorreções apontadas no prazo a que se refere o item **6.3.2.1.3**, poderá sofrer a penalidade prevista no art. 7º da Lei 10.520/2002 e será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação.

6.3.3 Do Tratamento Diferenciado e Favorecido (Lei Complementar 123/2006 e Decreto 8.538/2015):

6.3.3.1 Se a proposta classificada em primeiro lugar não for ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e existir(em) outra(s) proposta(s) superior(es) em até 5% (cinco por cento) ofertada(s) por microempresa(s) ou empresa(s) de pequeno porte, esta(s) poderá(ão) ofertar, pela ordem, no prazo de até 5 (cinco) minutos, proposta(s) inferior àquela.

6.3.3.1.1 Não exercido, o direito preclui, sendo convocada a(s) microempresa(s) ou empresa(s) de pequeno porte seguinte, se houver.

6.3.3.1.2 Configurado o empate, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta inferior à melhor classificada, no prazo de 05 (cinco) minutos.

6.3.3.1.2.1 Não prosperando o procedimento de desempate, será analisada a aceitabilidade da proposta originalmente classificada em primeiro lugar.

6.3.4 Exigências de Habilitação:

6.3.4.1 Os documentos relativos à habilitação, exigidos na **cláusula quarta**, deverão ser enviados ou entregues, em ordem de preferência, por intermédio do recurso "Enviar Anexo" do sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br), pelo e-mail licitacoes@tre-se.jus.br ou na Seção de Licitações, observado o prazo estipulado pelo Pregoeiro, que será de no mínimo 2 (duas) horas, podendo esse prazo ser prorrogado, se houver justificativa plausível do licitante.

6.3.4.2 Será admitida a comprovação de regularidade via Internet, por meio de consulta *on-line* a sítios oficiais, inclusive para suprir data vencida em algum documento, ficando dispensada, para os documentos em que for possível esta comprovação, a entrega exigida no item **6.3.4.1** e a apresentação dos originais.

6.3.4.2.1 Na impossibilidade de consulta ao SICAF e/ou aos sítios oficiais, observar-se-á o item **6.3.4.1**.

6.3.4.3 A irregularidade fiscal das microempresas ou empresas de pequeno porte poderá ser sanada no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, se houver justificativa plausível do licitante.

6.3.4.3.1 A não regularização referida no item **6.3.4.3** implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da Lei 8.666/93 (Art.4º, §5º do Decreto 8.538/2015).

6.3.5 Outras Disposições:

6.3.5.1 Na hipótese de a proposta ou o lance de menor valor não ser aceito, ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem classificatória, segundo o critério do menor preço, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

6.3.5.1.1 Na situação prevista no item **6.3.5.1**, o Pregoeiro deverá proceder conforme os itens **6.3.1**, **6.3.2**, **6.3.3** e **6.3.4**.

6.3.5.2 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

6.3.5.3 Em caso de desconexão do Pregoeiro nas fases de lances, aceitação e habilitação, o sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br) poderá permanecer acessível aos licitantes, retornando o Pregoeiro quando possível, sem prejuízo dos atos realizados.

6.3.5.4 Será declarado vencedor o licitante que apresentar a proposta de menor preço, segundo o fator **preço global por item**, desde que atendidas as exigências deste Edital, sendo-lhe adjudicado o objeto e homologado o certame conforme o item 8.

6.3.5.5 Se não for apurada nenhuma proposta que atenda a este Edital, a Administração poderá fixar aos licitantes prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas ou documentação, escoimadas as causas que ensejaram a desclassificação.

7 RECURSOS ADMINISTRATIVOS

7.1 Todo o procedimento recursal será realizado exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br), em formulários próprios.

7.2 A manifestação da intenção de interpor recurso será feita no final da sessão, no prazo designado pelo Pregoeiro.

7.2.1 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

7.3 Os recursos somente serão acolhidos após a verificação dos requisitos de admissibilidade da intenção de recorrer, quais sejam: sucumbência, tempestividade, legitimidade,

interesse e motivação por parte do licitante (Acórdão TCU-Plenário 339/2010).

7.3.1 Os requisitos de admissibilidade da intenção de recorrer, especificados no item **7.3**, devem ser interpretados da seguinte forma:

7.3.1.1 Sucumbência: a decisão do Pregoeiro tem que causar prejuízo direto ao recorrente.

7.3.1.2 Tempestividade: só é passível de análise a intenção de recurso apresentada nos prazos exigidos por lei.

7.3.1.3 Legitimidade: só o licitante credenciado poderá interpor recurso.

7.3.1.4 Interesse: só é passível de análise a intenção de recurso que, acolhida, altere a situação jurídica do recorrente, isto é, modifique a ordem classificatória ou a habilitação do licitante ou de seus concorrentes no certame.

7.3.1.5 Motivação: o recorrente deverá indicar de forma precisa, clara e completa, embora não necessariamente detalhada, os equívocos ou a ilegalidade atribuídos ao Pregoeiro, que, se corrigidos, alterariam a classificação das propostas ou a habilitação dos licitantes.

7.4 Aceita a intenção de recurso, será concedido ao recorrente prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões recursais, ficando os demais licitantes desde logo intimados a apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a correr após o término do prazo do recorrente.

7.5 Considerando o Pregoeiro, ao apreciar a admissibilidade da intenção de recurso, que a motivação é manifestamente inconsistente ou equivocada, proferirá decisão fundamentada pelo não conhecimento, adjudicando o objeto da licitação ao vencedor.

7.5.1 Motivação manifestamente inconsistente é aquela que, mesmo instruída e fundamentada, não afeta o entendimento do TRE-SE sobre a questão.

7.5.2 Motivação manifestamente equivocada é aquela que não guarda pertinência com o item em julgamento, é imprecisa, obscura ou incompleta.

7.6 Cabe ao Pregoeiro receber, examinar, instruir e decidir os recursos em até 5 (cinco) dias úteis.

7.6.1 Quando mantiver sua decisão, o Pregoeiro deverá encaminhar os autos instruídos à autoridade competente, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, tendo esta autoridade prazo idêntico para decisão.

7.6.2 O acolhimento do recurso pelo Pregoeiro ou pela autoridade competente importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.7 Fica assegurado aos licitantes:

7.7.1 O acesso ao inteiro teor das razões, contrarrazões e apreciação dos recursos, por intermédio do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

7.7.2 Vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses, na Sede do TRE-SE, situado no Centro Administrativo Governador Augusto Franco (CENAF), Variante 2, Lote 7, Capucho, Aracaju/SE, no horário de expediente do Tribunal.

7.8 Dos atos praticados com respeito a este Pregão cabe recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos casos de:

7.8.1 Anulação ou revogação deste Pregão Eletrônico, contado da publicação do ato no Diário Oficial da União.

7.8.2 Rescisão da Contratação e/ou aplicação das penas de advertência ou de multa, contado da intimação do ato pela autoridade competente do TRE-SE.

7.9 No caso específico da pena de impedimento de licitar, a ser aplicada pela Diretoria-Geral do TRE-SE, cabe recurso, dirigido ao Presidente do TRE-SE, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da intimação do licitante.

7.10 Recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

7.10.1 A Diretoria-Geral do TRE-SE poderá, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva, nos casos previstos nos itens **7.8** e **7.9**.

7.10.2 O recurso será dirigido à autoridade competente do TRE-SE, por intermédio do Pregoeiro, o qual, em 5 (cinco) dias úteis, o encaminhará, devidamente informado, para apreciação e decisão, em idêntico prazo.

8 ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

8.1 O objeto desta licitação será adjudicado ao licitante cuja proposta seja considerada vencedora **para o item**.

8.2 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente deste Tribunal adjudicará (exceto no caso do item **7.5**) o objeto e homologará o procedimento licitatório.

8.2.1 O adjudicatário, quando convocado, terá o prazo de até 2 (dois) dias úteis para assinar o Contrato, a contar da data em que receber a comunicação.

8.2.2 Se o licitante vencedor recusar-se injustificadamente a assinar o Contrato, será aplicada a regra do item **8.3**.

8.3 Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar situação regular no ato da assinatura do Contrato, será convocado outro licitante para fazê-lo, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

8.4 É vedada ao adjudicatário a sub-rogação (subcontratação, cessão ou transferência total) da contratação.

8.4.1 É vedada a subcontratação parcial do objeto da contratação, a associação com outrem, cessão ou transferência parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, de modo a prejudicar a execução, a juízo do TRE-SE.

8.5 A Autoridade competente do TRE-SE poderá revogar esta licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

8.6 A anulação do procedimento deste Pregão Eletrônico por motivo de ilegalidade induzirá à da contratação, não gerando obrigação do TRE-SE em indenizar a Contratada, ressalvado o disposto no item **8.8**.

8.7 A declaração de nulidade da contratação originada por esta licitação opera retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os que porventura já tenha produzido.

8.8 A nulidade não exonera o TRE-SE do dever de indenizar a Contratada pelo que esta houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável o motivo da nulidade, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.

8.9 No caso de desfazimento do processo licitatório, ficam assegurados o contraditório e a ampla defesa.

9 DAS PENALIDADES EM SEDE DE SESSÃO PÚBLICA

9.1 O **licitante** que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, incidir nas condutas adiante relacionadas, ficará impedido de licitar e de contratar com a União e será descredenciado no Sicaf ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o art. 4º, XIV, da Lei 10.520/2002, sem prejuízo das multas previstas neste Instrumento e seu(s) Anexo(s), e das demais cominações legais:

9.1.1 Por até 2 (dois) meses, quando não entregar a documentação exigida para o certame ou não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório.

9.1.2. Por até 4 (quatro) meses:

9.1.2.1 Quando ensejar o retardamento da execução do certame.

9.1.2.2 Quando não mantiver a proposta.

9.1.3 Por até 2 (dois) anos, quando comportar-se de modo inidôneo.

9.2 O retardamento na execução do certame referido no item **9.1.2.1** é qualquer ação ou omissão do licitante que prejudique o bom andamento do certame e/ou evidencie tentativa de indução a erro no julgamento.

9.3 A não manutenção da proposta referida no item **9.1.2.2** verifica-se pela ausência de seu envio, pela recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda, pelo pedido do licitante para desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento.

9.4 O comportamento inidôneo referido no item **9.1.3** é a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame, tais como: frustrar ou fraudar o caráter

competitivo do procedimento licitatório, agir em conluio ou em desconformidade com a lei, induzir deliberadamente a erro no julgamento, prestar informações falsas, apresentar documentação com informações inverídicas ou que contenha emenda ou rasura destinada a prejudicar a veracidade de seu teor original.

9.5 Quando a ação ou omissão do licitante ensejar o enquadramento da conduta em tipos distintos, prevalecerá aquele que comina a sanção mais grave.

9.6 Para que seja aplicada a sanção prevista no item **9.1**, deve ser instaurado processo administrativo a fim de oportunizar a defesa prévia ao interessado, mediante o exercício do contraditório e da ampla defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado de sua notificação.

9.7 A competência para aplicação das penalidades previstas nesta cláusula é da Diretoria-Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.

10 DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 Integram este Edital os seguintes Anexos:

10.1.1 Anexo I – Termo de Referência.

10.1.2 Anexo II – Modelo de Planilha de Formação de Preços.

10.1.3 Anexo III – Minuta do Termo de Contrato.

10.1.4 Anexo IV – Instrumento de Medição de Resultado.

10.2 As regras que tratam das condições de recebimento do objeto da licitação, Gestão/Fiscalização da Contratação, forma de pagamento, alteração de preços e sanções contratuais constam dos **Anexos I** (Termo de Referência), **III** (Minuta do Contrato) e **IV** (Minuta do Instrumento de Medição de Resultado).

10.3 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, só se iniciando e se vencendo os referidos prazos em dia de expediente no TRE-SE, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

10.4 A Contratada obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto deste Edital, até 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor.

10.4.1 O limite estabelecido no item **10.4** poderá ser excedido, para supressão, desde que resultante de acordo celebrado entre os Contratantes.

10.5 A suspensão dos trabalhos, necessariamente registrada, quer por desconexão superior a 10 (dez) minutos, quer por decisão do Pregoeiro, terá seu reinício subordinado à comunicação expressa aos licitantes.

10.6 É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade competente do TRE-SE, em qualquer fase desta licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

10.7 O licitante obriga-se a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo de sua habilitação.

10.8 Informações sobre o presente Edital poderão ser obtidas pelo telefone (79) 3209-8694 ou pelo endereço eletrônico licitacoes@tre-se.jus.br.

10.9 O foro competente para dirimir quaisquer dúvidas surgidas na presente relação contratual é o da Justiça Federal, Seção Judiciária de Sergipe, excluído qualquer outro por mais privilegiado que seja.

10.10 Aplicam-se a este Edital e aos casos omissos os recursos operacionais do sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br), a Lei 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Complementar 123/2006, o Decreto 8.538/2015, o Decreto nº 9.507/2018, a Resolução CNJ 169/2013, a Resolução TSE 23.234/2010 a Resolução TRE-SE 120/2015 e, subsidiariamente, a Lei 8.666/1993 e a Instrução Normativa SLTI/MPOG 5/2017.

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços especializados e continuados de Auxiliar de Serviços Administrativos para a Seção de Urnas Eletrônicas, para o Posto de Atendimento do TRE-SE no CEAC do Shopping Riomar e para a Seção de Manutenção Predial, por meio de seleção do menor preço, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, conforme descrição a seguir:

ITEM	CÓDIGO SIASG	ESPECIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR	UNIDADE	PERÍODO DA CONTRATAÇÃO	VALOR DE REFERÊNCIA
1	538-0	Prestação de serviços de apoio administrativo	Contratação de um total de 7 (sete) postos de trabalho de Auxiliar de Serviços Administrativos , sendo: <ul style="list-style-type: none">05 (cinco) deles para a realização de atividades operacionais com urnas eletrônicas, a serem realizadas na Seção de Urnas Eletrônicas, localizada na Sede deste TRE.01 (um) deles para auxiliar nas diversas demandas dos eleitores (alistamento eleitoral, transferência, revisão, dentre outros serviços adiante enumerados) no Posto de Atendimento do TRE/SE localizado no CEAC do Shopping Riomar, nesta Capital.01 (um) deles para auxiliar nas atividades administrativas da Seção de Manutenção Predial, localizada na Sede deste TRE.	Posto de trabalho	24 meses	R\$ 506.436,00
			Insumos (520 Máscaras Descartáveis para Poeiras e Névoas Tóxicas, a serem utilizadas pelos Auxiliares de Serviços Administrativos que laborarão na SEAUE)			598,00
			Diárias (estimativa de 96 eventos) para o Auxiliar de Serviços Administrativos que desempenhará as suas atribuições na Seção de Manutenção Predial , com a finalidade de possibilitar o acompanhamento dos serviços realizados em decorrência dos Contratos fiscalizados por essa unidade.			R\$ 5.575,68
			TOTAL (R\$)			R\$ 512.609,68

2. Ante as características do objeto, serão necessários os seguintes requisitos específicos de habilitação do licitante:

- a) Demonstração da qualificação econômico-financeira.
- b) Comprovação da qualificação técnico-operacional.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DA CONTRATAÇÃO POR POSTO DE TRABALHO

1. A contratação se dá em face da necessidade da prestação dos serviços constantes da CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, uma vez que o TRE-SE não possui em seu quadro de pessoal os cargos descritos no presente Instrumento, por não compreenderem atividades ligadas diretamente à atividade fim desta Justiça Especializada.

2. Conforme disposto na Resolução TSE 23.234/2010, cabe observar que os serviços a serem contratados se enquadram como serviços de natureza continuada, pois a sua interrupção pode comprometer a continuidade das atividades da Administração, uma vez que existe a necessidade de uma excelente prestação de serviço ao público, e sua contratação deve se estender por mais de um exercício financeiro, de forma contínua, segura e confiável para o cumprimento da missão institucional do órgão.

2.1 Destaque-se, por oportuno, a Res. TSE nº 23.518/2017, que alterou dispositivos da Res. TSE nº 21.538/2003, que trata do alistamento e de serviços eleitorais mediante processamento eletrônico de dados, e da Res. TSE nº 23.234/2010, que trata das regras e diretrizes para a contratação de serviços no âmbito da Justiça Eleitoral, possibilitando, de forma intensiva, a terceirização dos serviços eleitorais. Com as alterações implantadas, todo o trabalho relativo ao cadastro eleitoral pode ser terceirizado, deixando de ser atribuição exclusiva de servidor, podendo ser realizado por atendente.

2.2 Foi alterada, da mesma forma, a Res. TSE nº 23.234/2010, que dispõe sobre regras e diretrizes para a contratação de serviços no âmbito da Justiça Eleitoral, na qual foi acrescentado o Art. 4º-A, passando a permitir a execução indireta (terceirização) das atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do Tribunal Eleitoral, inclusive sendo destacadas as atividades de apoio administrativo ao alistamento eleitoral e à revisão eleitoral e, em ano de eleição, as atividades de apoio administrativo à organização dos pleitos.

3. Impende destacar que se trata de serviços de apoio, necessários à continuidade das atividades deste Tribunal, e que a formatação proposta resulta maior facilidade na execução/gestão contratual, cuja vigência de 24 (vinte e quatro) meses possibilita a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, coadunando-se com a eficiência e a economicidade almejadas na aplicação de recursos públicos.

4. A contratação contribui para o atingimento do macrodesafio 7 do planejamento estratégico, “aperfeiçoamento da gestão de custos”, posto que uma nova licitação está ligada às iniciativas estratégicas “excelência no processo orçamentário” e “gestão da execução orçamentária”, e que a contratação vigente envolve sérios riscos de inexecução contratual. Caso não haja a medida preventiva, ou seja, a licitação, a consequência seria a descontinuidade da prestação dos serviços ou a contratação emergencial, sempre mais onerosa.

5. Não obstante a regra quanto ao critério de remuneração da Contratada não ser a contratação por posto de trabalho, excepcionalmente poderá ser adotado. Neste caso, para cumprir os serviços a serem avençados, os empregados da CONTRATADA ficarão à disposição, nas dependências deste TRE, salientando-se que ela não compartilhará os os recursos humanos desta contratação para execução simultânea de outros contratos, e ainda, possibilitará a fiscalização pelo CONTRATANTE quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos aqui alocados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

1. Caracterização dos serviços especializados e continuados de Auxiliar de Serviços Administrativos:

1.1 A serem realizados na Seção de Urnas Eletrônicas (SEAUE):

- a) Executar procedimentos operacionais visando à conservação de urna por meio da exercitação dos componentes externos e internos e realização de testes funcionais, mediante operação do Sistema de Testes Exaustivos (STE) nas urnas eletrônicas.
- b) Retirar mídias armazenadas nas urnas eletrônicas (flashcard e/ou MR), fazer a leitura, a organização patrimonial e a organização de mídias.
- c) Fazer a triagem de urnas eletrônicas.
- d) Fazer o envio, o recebimento, a distribuição, a desembalagem, a embalagem, a organização, a limpeza externa (básica) e o empilhamento das urnas.
- e) Receber e conferir o suprimentos de urnas.
- f) Aferir a quantidade de urnas e suprimentos.
- g) Prestar apoio operacional visando à preparação de urnas para uso em simulados, treinamentos, eleições oficiais e não oficiais.
- h) Apoio operacional para a realização de simulação de votação.

1.2 A serem realizados no Posto de Atendimento do TRE/SE localizado no CEAC do Shopping Riomar:

- a) Auxiliar na operacionalização de alistamentos, transferências, revisões e segundas vias do título eleitoral, com conferência do Requerimento de Alistamento Eleitoral (RAE) e supervisão do servidor responsável pelo Posto.
- b) Adotar as providências necessárias à expedição de certidões e declarações geradas pelos sistemas de gerenciamento do Cadastro Nacional de Eleitores, as quais serão subscritas pelo responsável pelo Posto.
- c) Emitir guias de recolhimento de multas com registro dos pagamentos.
- d) Prestar informações ao eleitor sobre os serviços disponíveis, inclusive quanto à pesquisa de satisfação do cliente.
- e) Executar outras atividades necessárias relacionadas à categoria dos Auxiliares de Serviço Administrativo.

1.3 A serem realizados na Seção de Manutenção Predial (SEMAN):

- a) Auxiliar na elaboração e preenchimento de planilhas de controle de gastos de todos os contratos fiscalizados pela SEMAN.
- b) Auxiliar no preenchimento da planilha de controle de consumo diário de água na Sede do TRE/SE e das planilhas de diárias dos terceirizados.
- c) Auxiliar no atendimento aos chamados enviados à SEMAN via Central de Serviços ADM.
- d) Auxiliar no envio de e-mails e ofícios às empresas contratadas.
- e) Auxiliar na conferência de entrega de insumos, equipamentos e materiais de limpeza pelas empresas contratadas sob a Fiscalização da SEMAN.
- f) Auxiliar no preenchimento e elaboração dos Formulários de Registro de Ocorrências e Relatório de Acompanhamento dos Contratos da SEMAN.
- g) Auxiliar na logística administrativa e operacional da SEMAN.
- h) Auxiliar na Fiscalização Técnica de todos os contratos fiscalizados pela SEMAN.
- i) Executar outras atividades necessárias correlatas à categoria dos Auxiliares de Serviço Administrativo.

1.3.1 Com a finalidade de acompanhar os serviços realizados em decorrência dos Contratos fiscalizados pela SEMAN, estimam-se, em média, 4 (quatro) deslocamentos por mês, totalizando 96 (noventa e seis) deslocamentos durante a vigência de 24 (vinte e quatro) meses.

2. Qualificação técnica da categoria:

- a) Escolaridade correspondente ao ensino médio completo ou cursar o último ano do ensino médio.
- b) Conhecimentos básicos de informática.
- c) Quitação com as obrigações eleitorais.
- d) Quitação com as obrigações do serviço militar, se do sexo masculino.
- e) Atestado médico de aptidão física para o exercício das atribuições inerentes às funções a serem desempenhadas.

3. Uniforme e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs):

3.1 A CONTRATADA fornecerá uniformes completos e apropriados à categoria profissional, **anualmente**, sempre no primeiro dia de atividade do profissional, devendo o modelo ser submetido à aprovação da Gestão/Fiscalização da contratação, conforme relação que segue:

3.1.1 03 (três) calças na cor preta; 3 (três) camisas padronizadas, de mangas curtas, em tecido no mínimo 75% algodão; 1 (um) par de sapatos na cor preta; 2 (dois) pares de meia na cor preta, em algodão; 1 (um) crachá em acrílico, contendo: foto, nome, RG, tipo sanguíneo.

3.1.2 Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo (relação nominal), cuja cópia será remetida ao TRE-SE, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da entrega, não podendo ser repassado o seu custo aos funcionários, nem ser exigida a devolução do uniforme usado.

3.2 A CONTRATADA deverá responsabilizar-se, ainda, pelo fornecimento de Máscaras Descartáveis para Poeiras e Névoas Tóxicas, a serem utilizadas pelos Auxiliares de Serviços Administrativos que laborarão na SEAU.

3.2.1 Para a vigência de 24 meses, a Contratada deverá fornecer 520 (quinhentas e vinte) máscaras, quantitativo obtido considerando-se a utilização de 1 (uma) máscara por semana, por colaborador: 104 semanas durante a vigência de 24 meses x 5 postos de trabalho.

4. Local da prestação do serviço:

4.1 As atividades previstas nos itens **1.1** e **1.3** serão realizadas nas dependências da Sede do TRE-SE, situada no Centro Administrativo Augusto Franco, Variante 2, Lote 7, Bairro Capucho, Aracaju - SE e as previstas no item **1.2** no Posto de Atendimento localizado no CEAC do Shopping Riomar, situado à Rua Delmiro Gouvêia, 400 - Coroa do Meio, Aracaju - SE.

5. Jornada de Trabalho e intervalo diário de prestação dos serviços:

5.1 As atividades serão realizadas por empregados da empresa contratada dentro de jornada semanal de 44 (quarenta e quatro) horas, cumprindo-se 9 horas diárias de segunda a quinta-feira e 8 horas diárias nas sextas-feiras.

5.2 As atividades serão executadas no intervalo das 7h às 17h (sete às dezessete horas), de segunda-feira a quinta-feira, e das 7h às 16h (sete às dezesseis horas) nas sextas-feiras.

5.3 No caso de cumprimento de carga horária inferior às 9h diárias de segunda a quinta-feira e 8h na sexta-feira, ou às 44h semanais, as horas não laboradas deverão ser compensadas, na forma da lei, por eventual serviço extraordinário decorrente de alterações no cronograma de atividades pertinentes às eleições.

6. Total de horas demandadas:

6.1 Total de horas demandadas nas atividades a serem desenvolvidas na Seção de Urnas Eletrônicas:

ATIVIDADE	DURAÇÃO
Execução de procedimentos operacionais visando à conservação de urna por meio da exercitação dos componentes externos e internos e realização de testes funcionais, mediante operação do Sistema de Testes Exaustivos (STE) nas urnas eletrônicas.	10h
Retirada de mídias armazenadas nas urnas eletrônicas (flashcard e/ou MR), leitura e organização patrimonial e organização de mídias.	2h
Triagem de urnas eletrônicas.	2h
Envio, recepção, distribuição, desembalagem, embalagem, organização, limpeza externa (básica) e empilhamento das urnas.	8h
Recebimento e conferência de suprimentos de urnas.	2h
Aferição da quantidade de urnas e suprimentos.	4h
Apoio operacional visando à preparação de urnas para uso em simulados, treinamentos, eleições oficiais e não oficiais.	6h
Apoio operacional para a realização de simulação de votação.	6h
TOTAL DE HORAS DEMANDADAS	40h

6.2 Total de horas demandadas nas atividades a serem desenvolvidas no Posto de Atendimento do CEAC no Shopping Riomar:

ATIVIDADE	DURAÇÃO
Auxiliar na operacionalização de alistamentos, transferências, revisões e segundas vias do título eleitoral, com conferência do Requerimento de Alistamento Eleitoral (RAE) e supervisão do servidor responsável pelo Posto	4h
Providenciar o encaminhamento, visando à expedição de certidões e declarações geradas pelos sistemas de gerenciamento do Cadastro Nacional de Eleitores, as quais serão subscritas pelo responsável pelo Posto	1h
Emitir guias de recolhimento de multas com registro dos pagamentos	1h
Prestar informações ao eleitor sobre os serviços disponíveis, inclusive quanto à pesquisa de satisfação do cliente	1h
Executar outras atividades necessárias relacionadas à categoria dos Auxiliares de Serviço Administrativo	1h
TOTAL DE HORAS DEMANDADAS	8h

6.3 Total de horas demandadas nas atividades a serem desenvolvidas na Seção de Manutenção Predial:

ATIVIDADE	DURAÇÃO
Auxiliar na elaboração e preenchimento de planilhas de controle de gastos de todos os contratos fiscalizados pela SEMAN	0,5h
Auxiliar no preenchimento da planilha de controle de consumo diário de água na Sede do TRE/SE e das planilhas de diárias dos terceirizados	0,5h
Auxiliar no atendimento aos chamados enviados à SEMAN via Central de Serviços ADM	1,5h
Auxiliar no envio de e-mails e ofícios às empresas contratadas	0,5h
Auxiliar na conferência de entrega de insumos, equipamentos e materiais de limpeza pelas empresas contratadas sob a Fiscalização da SEMAN	0,5h

Auxiliar no preenchimento e elaboração dos Formulários de Registro de Ocorrências e Relatório de Acompanhamento dos Contratos da SEMAN	0,5h
Auxiliar na logística administrativa e operacional da SEMAN	1,5h
Auxiliar na Fiscalização Técnica de todos os contratos fiscalizados pela SEMAN	1,5h
Executar outras atividades necessárias correlatas à categoria dos Auxiliares de Serviço Administrativo	1h
TOTAL DE HORAS DEMANDADAS	8h

6.4 As atividades relacionadas e a estimativa de horas demandadas têm por referência o Contrato atualmente mantido pelo TRE-SE.

6.5 Considerando as informações acerca das atividades e o total de horas demandadas, estima-se a seguinte quantidade de profissionais para atender adequadamente as necessidades do TRE/SE:

SERVIÇO	LOCAL	QUANTIDADE
AUXILIAR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	SEÇÃO DE URNAS ELETRÔNICAS NA SEDE DO TRE/SE	5
	POSTO DE ATENDIMENTO NO CEAC DO SHOPPING RIOMAR	1
	SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL	1

CLÁUSULA QUARTA - DAS DIÁRIAS

- Por ocasião de deslocamentos realizados para execução dos serviços fora da Grande Aracaju, a CONTRATADA deverá fornecer diária.
- Ficam estabelecidos como sendo limites da Grande Aracaju, os municípios de Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão e Barra dos Coqueiros.
- Fará jus a perceber a diária o empregado que estiver em viagem no período do almoço e cujo retorno à Sede do Tribunal ocorra após às 13h.
- Estimam-se, para o período da contratação, 96 (noventa e seis) diárias referentes aos serviços administrativos a serem desempenhados na **Seção de Manutenção Predial**.
- 4.1** O TRE-SE não ficará obrigado a realizar a quantidade de deslocamentos previstos, os quais serão efetivados de acordo com as necessidades da área demandante.
- O valor da diária deverá ser pago pela CONTRATADA ao empregado pelo menos 1 (um) dia antes da viagem, conforme solicitação da Gestão/Fiscalização da Contratação.
- A CONTRATADA deverá apresentar na nota fiscal os valores correspondentes ao pagamento com diárias do mês anterior, com o comprovante de recebimento do empregado antes da realização da mesma e com a solicitação feita pela Gestão/Fiscalização da Contratação.
- A CONTRATADA será reembolsada pelo valor das diárias efetivamente utilizadas e comprovadas por meio de solicitação feita pela Gestão/Fiscalização da Contratação, acrescido dos percentuais referentes a tributos e demais componentes (taxa de administração e lucro) constantes da planilha de custo.
- 7.1** A CONTRATADA deverá descontar das diárias o valor correspondente ao vale-alimentação.
- 7.2** Na oportunidade do pagamento de diárias à Contratada, o Contratante realizará a retenção e o recolhimento da contribuição previdenciária ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13/11/2009, conforme determina a Lei nº 8.212, de 24/07/1991 e alterações.
- O faturamento das diárias deverá ocorrer mensalmente, por meio de nota fiscal, cabendo ao TRE-SE efetuar as retenções de tributos e contribuições previstas na IN SRF 1234/2012.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO

- O prazo de execução dos serviços iniciará em data a ser estipulada no Contrato, com vigência de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado até o prazo limite estabelecido na legislação, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para o CONTRATANTE, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- O adjudicatário prestará garantia de execução do objeto correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do Contrato, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados de sua assinatura, limitada ao equivalente a 2 (dois) meses do custo da folha de pagamento dos empregados da Contratada que venham a participar da execução dos serviços avençados.
 - A garantia deve ser prestada dentre as modalidades a seguir:
 - 1.1.1** Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública.
 - 1.1.2** Seguro-garantia.
 - 1.1.3** Fiança bancária.
 - Se a opção de garantia recair em caução em dinheiro seu valor será depositado em conta garantia da Caixa Econômica Federal, em favor do TRE-SE, a fim de manter sua atualização financeira.
 - Recaindo a opção em títulos da dívida pública, os títulos deverão ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
 - A garantia prestada deverá ter validade a partir da data de assinatura do Contrato, estendendo-se a até 90 (noventa) dias após o término de vigência contratual.
 - A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
 - 5.1.** Prejuízos advindos do não cumprimento do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas.
 - 5.2.** Multas moratórias e punitivas aplicadas pelo CONTRATANTE à CONTRATADA em sede de processo administrativo sancionatório.
 - 5.3.** Prejuízos diretos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato.
 - 5.4.** Obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas não honradas pela CONTRATADA.
 - A garantia oferecida deverá estar resguardada de eventuais perdas do poder aquisitivo da moeda, cabendo à CONTRATADA reforçá-la, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da notificação deste Tribunal, sempre que se faça necessário o restabelecimento das condições iniciais, inclusive quando sobre ela incidirem descontos relacionados a multas por infrações contratuais e/ou pagamento de qualquer obrigação.
 - Em ocorrendo reajustamento de preços (reajuste, repactuação e/ou revisão), o valor da garantia deverá ser complementado em igual proporção.
 - 7.1** Caso haja prorrogação da vigência contratual ou, quando for o caso, o não recebimento definitivo do objeto contratual, a CONTRATADA se obriga a estender a garantia em igual período.
 - A garantia de execução do objeto desta contratação será liberada em até 10 (dez) dias, ante a comprovação de que a CONTRATADA pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, bem como descontadas as eventuais multas, finda a vigência da contratação e após atestação da Gestão da Execução do Contrato.

8.1 Caso o pagamento das verbas rescisórias trabalhistas não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para esse fim.

9. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor contratado, a título de garantia.

9.1 O bloqueio efetuado não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à CONTRATADA.

9.2 A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado por quaisquer das modalidades de garantia: caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

9.3 O valor da multa moratória decorrente do atraso da garantia - item 12 da cláusula décima sexta - poderá ser glosado de pagamentos devidos à CONTRATADA.

10. O número do Contrato garantido e/ou assegurado deverá constar dos instrumentos de garantia ou seguro a serem apresentados pelo garantidor e/ou segurador.

11. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

12. Será considerada extinta a garantia:

12.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do Contrato.

12.2. Com o término da vigência do contrato (observado o prazo previsto no item 4 acima), que poderá, independentemente da sua natureza, ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

13. Para efeitos da execução da garantia, os inadimplementos contratuais deverão ser comunicados pelo CONTRATANTE à CONTRATADA e/ou à Instituição Garantidora, no prazo de até 90 (noventa) dias após o término de vigência do Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO GERENCIAMENTO DA CONTRATAÇÃO

1. A Gestão da Execução do Contrato será realizada pelo(a) titular da Coordenadoria de Obras e Serviços (COSER) ou, na sua ausência, pelo substituto designado.

2. A Fiscalização Técnica da contratação será realizada por servidor designado lotado na Seção de Manutenção Predial (SEMAN), por meio de acompanhamento da execução do objeto contratado, cabendo-lhe comunicar à COSER, verbalmente ou por escrito, eventuais irregularidades identificadas referentes à não conformidade da execução com as condições estabelecidas para a contratação.

3. A Fiscalização Setorial será realizada pela Seção de Administração de Urnas Eletrônicas - SEAUE, pelo responsável pelo Posto de Atendimento do TRE/SE no CEAC do Shopping Riomar e pela Seção de Manutenção Predial - SEMAN, que comunicarão também as irregularidades identificadas à Gestão da Execução do Contrato, verbalmente ou por escrito.

4. A atestação de conformidade do fornecimento do objeto caberá à Gestão da Execução do Contrato, em até 2 (dois) dias úteis contados da perfeita e efetiva prestação dos serviços, e será consignada na nota fiscal/fatura emitida pela CONTRATADA, procedendo-se ao registro de observações, se necessário.

4.1 A Gestão/Fiscalização da Contratação determinará o que for necessário à solução das irregularidades detectadas durante a execução contratual e rejeitará, no todo ou em parte, o objeto avençado que não obedecer à regras e obrigações estabelecidas para a contratação.

5. A Gestão/Fiscalização exercida pelo CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA pela adequada execução do objeto avençado e pelos danos ou prejuízos por ela causados, por culpa ou dolo, ao CONTRATANTE ou a terceiros.

6. Quando as decisões e as providências ultrapassarem a competência da Gestão/Fiscalização da contratação, esta submeterá a matéria aos seus respectivos superiores hierárquicos, em tempo hábil, para que seja determinada a adoção das medidas cabíveis.

7. Os esclarecimentos solicitados pela Gestão/Fiscalização da Contratação deverão ser prestados imediatamente, podendo ser fixado prazo de acordo com a complexidade do caso.

8. Nenhuma modificação poderá ser feita na prestação dos serviços sem autorização expressa da Gestão/Fiscalização da Contratação.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. As partes devem cumprir fielmente as cláusulas avençadas neste Instrumento, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

2. A CONTRATADA deverá:

2.1 Executar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos neste Termo de Referência e pela Gestão/Fiscalização da Contratação, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica e por boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição, a exemplo de realização de separação dos resíduos recicláveis e observância das Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos e outras medidas de sustentabilidade presentes neste Instrumento, como também as normas em relação à medicina do trabalho.

2.2 Nomear preposto, no prazo da assinatura do contrato (2 dias úteis), para, durante o período de vigência, representá-la na execução da contratação.

2.2.1 Nomear outro representante, no mesmo prazo de 2 (dois) dias úteis, no caso de o TRE-SE utilizar-se do direito de determinar, a qualquer tempo, a sua substituição.

2.3 Manter, durante a vigência da contratação, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar ao CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições.

2.4 Assinar, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação do Tribunal, os documentos de abertura da conta depósito vinculada - bloqueada para movimentação - e termo específico da instituição financeira oficial que permita ao Tribunal ter acesso aos saldos e extratos, e vincule a movimentação dos valores depositados à autorização do TRE-SE.

2.5 Apresentar, no início da prestação dos serviços, cópias autenticadas (ou original e cópia a ser conferida pela Fiscalização Técnica da contratação) das fichas de registro de seus empregados e dos contratos de trabalho, mesmo se for contrato de experiência, além de autorizações de descontos legais em folha de pagamento ou declarações de não uso do vale-transporte, caso haja, e comprovante de que o empregado possui conta bancária para recebimento dos salários mensais.

2.6 Responder, nos prazos legais, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do serviço e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, indenizações, tributos, vale-refeição, vale-transporte, uniformes, crachás e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público.

2.7 Respeitar as normas e procedimentos de controle interno do CONTRATANTE, inclusive no que se referir ao acesso às dependências onde serão executados os serviços.

2.8 Responder pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução da contratação.

2.9 Comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados.

2.10 Fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a prestação do serviço, com o intento de verificar as condições em que está sendo prestado.

2.11 Refazer os serviços que, a juízo do CONTRATANTE, não forem considerados satisfatórios, sem que caiba qualquer acréscimo no preço contratado.

2.12 Treinar seus empregados quanto aos princípios básicos de postura no ambiente de trabalho, tratamento de informações recebidas e manutenção de sigilo, comportamento perante situações de risco e atitudes para evitar atritos com servidores, colaboradores e visitantes do CONTRATANTE.

2.13 Manter seus empregados sob as normas disciplinares do CONTRATANTE, substituindo, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após notificação, qualquer que seja considerado inconveniente pelo CONTRATANTE.

2.13.1 O substituto somente será aceito após comprovação prévia de atendimento das qualificações especificadas neste Instrumento e desde que devidamente uniformizado.

2.14 Manter os seus empregados devidamente identificados por crachá e uniforme, além de fornecer e fiscalizar o correto uso dos equipamentos de segurança necessários para a execução de serviços, observando para tal, e em especial, a Norma Regulamentadora MTE 6 (Equipamento de Proteção Individual - EPI).

2.15 Cuidar para que o preposto indicado mantenha permanente contato com a Gestão/Fiscalização da contratação, adotando as providências requeridas relativas à execução dos serviços pelos empregados.

2.16 Coordenar e controlar a execução dos serviços prestados.

2.17 Administrar todo e qualquer assunto relativo aos seus empregados.

2.18 Assumir todas as responsabilidades e, por meio do preposto, tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou acometidos de mal súbito.

2.19 Instruir os seus empregados quanto à prevenção de acidentes e de incêndios.

2.20 Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas, permitindo ao CONTRATANTE o acesso ao controle de frequência.

2.21 Cuidar da disciplina e da apresentação pessoal dos seus empregados.

2.22 Responsabilizar-se pelo transporte do seu pessoal até as dependências do Tribunal, por meio próprio ou mediante vale-transporte, inclusive em casos de paralisação dos transportes coletivos, bem como nas situações em que se faça necessária a execução dos serviços em regime extraordinário, para assegurar a continuidade normal dos trabalhos.

2.23 Manter sede, filial ou escritório na cidade de Aracaju/SE, com capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda do CONTRATANTE, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, admissão e demissão dos empregados.

2.23.1 Comprovar, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do início da prestação dos serviços, o cumprimento dessa obrigação.

2.24 Adotar providências para que todos os empregados, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do início da prestação dos serviços, possuam cartão cidadão ou outro cartão equivalente, que possibilite consulta e recebimento de benefícios sociais, expedido por órgão/entidade federal responsável.

2.25 Providenciar, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do início da prestação dos serviços, junto ao INSS, senha para todos os empregados com o objetivo de acessar o Extrato de Informações Previdenciárias pela Internet.

2.26 Efetuar o pagamento de salários e demais verbas via depósito bancário, bem como recolher, no prazo legal, os encargos sociais devidos, exibindo as comprovações respectivas.

2.27 Responsabilizar-se por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, devendo saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE.

2.28 Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução da contratação, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE.

2.29 Responsabilizar-se por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução da contratação, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.

2.30 Responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação.

2.31 Adotar, na execução do objeto contratual, práticas de sustentabilidade e de racionalização no uso de materiais e serviços quando cabível, incluindo:

2.31.1 Política de separação dos resíduos recicláveis descartados e sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, conforme Decreto n. 5.940/2006.

2.31.2 Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes.

2.31.3 Utilização de técnicas mais eficientes e racionais, que possibilitem a manutenção da qualidade de serviço requerida com a menor quantidade possível de intervenções (redução da frequência de realização dos serviços sem queda na qualidade).

2.32 Autorizar o TRE-SE, quando houver falha no cumprimento das obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização e sem prejuízo das sanções cabíveis, a deduzir das faturas devidas os valores referentes aos salários e demais benefícios e a realizar os pagamentos diretamente aos empregados, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS.

2.32.1 A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos supracitados, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto contratado.

2.32.2 O disposto no item **2.32** não exime a obrigação da CONTRATADA relativa à emissão e ao envio da folha de pagamento e das guias previstas no item **1.4.2.3** da cláusula décima, referentes ao mês da fatura.

2.32.3 Para o cumprimento da excepcionalidade descrita no item **2.32**, a CONTRATADA deverá apresentar demonstrativos individualizados de pagamento, com relação de CPF e dados bancários de seus empregados, a fim de viabilizar o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas previstos.

2.33 Executar os serviços em dias e horários distintos dos estabelecidos originalmente, podendo, nesse caso, haver compensação entre a carga horária semanal estabelecida e aquela prevista na convenção ou acordo coletivo de trabalho da categoria envolvida, caso solicitado previamente pelo CONTRATANTE e desde que haja acordo individual escrito ou o instrumento coletivo autorizativo.

2.34 Disponibilizar, nos termos da Resolução TRE-SE 175/2014, vagas para presos egressos do sistema carcerário e de cumpridores de medidas e penas alternativas, quando da execução do Contrato, na seguinte proporção: 1 (uma) vaga quando da contratação de 6 a 19 trabalhadores, facultada a disponibilização de vaga quando da contratação de até 5 trabalhadores.

2.35 Informar, previamente ao início das atividades, endereço eletrônico (e-mail) para realização de tratativas durante a execução da contratação, se necessárias, como também para o recebimento de eventuais comunicações de atos processuais em sede de processo administrativo sancionatório.

2.36 Observar as normas do Código de Ética e Conduta Profissional do TRE/SE, instituído pela Resolução 120/2015 TRE-E, disponível em: <http://www.tre-se.jus.br/otre/servidores-e-normas-internas/codigo-de-etica-e-conduta-profissional/codigo-de-etica-e-conduta-profissional>.

3. É expressamente vedado à CONTRATADA:

3.1 Veicular publicidade acerca da contratação, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE.

3.2 Sub-rogar (subcontratar, ceder ou transferir totalmente) a contratação.

3.3 Contratar servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou ocupante de cargo em comissão, assim como seu cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, durante a vigência da contratação.

3.4 Caucionar ou utilizar o Termo de Contrato para qualquer operação financeira.

3.5 Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

1. Expedir ordem de serviço.

2. Prestar informações e esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante ou preposto da CONTRATADA.

3. Colocar à disposição dos empregados da CONTRATADA local para a guarda de equipamentos de proteção individual (EPI) e outros pertences necessários ao bom desempenho dos serviços.

4. Disponibilizar veículo para transportar os profissionais responsáveis pela execução dos serviços nos Postos, Cartórios e Fóruns Eleitorais da Capital e do interior.

5. Efetuar o pagamento mensal devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas pela CONTRATADA todas as formalidades e exigências da contratação, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Instrumento e no Termo de Contrato.

6. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidores especialmente designados para esse fim, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

7. Comunicar formalmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento da execução contratual.

8. Observar o cumprimento dos requisitos de qualificação profissional exigidos nas especificações técnicas e nas atribuições, solicitando à CONTRATADA as substituições e os treinamentos que se verificarem necessários.

9. Disponibilizar as normas do Tribunal referentes à sustentabilidade, dando suporte à sua divulgação e verificando sua aplicação por meio de indicadores qualitativos e/ou

quantitativos.

10. Realizar as avaliações previstas no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA

1. Para fins de acompanhamento do adimplemento de suas obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, a CONTRATADA deverá entregar à Gestão/Fiscalização da contratação, independentemente de solicitação, a documentação a seguir relacionada:

1.1 Mensalmente, acompanhando a Nota Fiscal/Fatura referente ao serviço prestado, cópias autenticadas em cartório ou cópias simples acompanhadas de originais, dos seguintes documentos:

a) Certidão Negativa de Débito da Previdência Social — CND.

b) Certidão de Regularidade do FGTS-CRF.

c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

d) Certidão Negativa de Débitos da Fazenda Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA.

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

f) Registro Auxiliar de Nota Fiscal de Serviço (RANFS) emitido pela Prefeitura Municipal de Aracaju/SE, no caso de o prestador de serviço não estar sediado na referida municipalidade.

1.1.1 Os documentos relacionados no subitem **1.1**, com exceção do RANFS, poderão ser substituídos, total ou parcialmente, por extrato válido e atualizado do SICAF.

1.2 Ainda mensalmente:

a) Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social – GFIP, Guia da Previdência Social – GPS e a Guia de Recolhimento do FGTS referente ao mês anterior da fatura/folha de pagamento e os comprovantes de pagamento da GPS, se for o caso, e da GRF, ou outros documentos que os substituírem.

b) Cópia da folha de pagamento analítica do mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o Órgão ou Unidade CONTRATANTE; ou cópia do(s) contracheque(s) assinado(s) pelo(s) empregado(s) do mês da prestação dos serviços, e ainda dos respectivos comprovantes de depósitos bancários.

c) Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, auxílio alimentação etc.) a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos ao mês da prestação dos serviços.

d) Outros documentos que comprovem a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da CONTRATADA.

1.2.1 A exigência da documentação elencada no item 1.2 desta cláusula poderá ser flexibilizada posteriormente mediante acordo em reunião de delineamento ou por meio de comunicação eletrônica do CONTRATANTE à CONTRATADA.

1.3 Anualmente, no mínimo, ou quando solicitado:

a) Extratos de informações previdenciárias e de depósitos do Fundo de Garantia e Tempo de Serviço — FGTS de seus empregados, bem como quaisquer outros documentos que possam comprovar a regularidade previdenciária e fiscal da CONTRATADA.

b) Protocolo de entrega da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, até o mês seguinte à data prevista em normativo próprio expedido pelo Ministério competente.

1.4 Documentação obrigatória para o início e o término da execução contratual, em caso de admissão/demissão de empregados ou quando da ocorrência do fato gerador:

1.4.1 No primeiro mês de prestação dos serviços:

1.4.1.1 Até 1 (um) dia antes do início dos trabalhos: relação nominal dos empregados contendo nome completo, cargo ou função, horário de trabalho, RG, CPF, bem como todos os documentos que comprovem a experiência e qualificação dos profissionais alocados, previstos neste Instrumento.

1.4.1.1.1 Em nenhuma hipótese será permitido o acesso às dependências do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (sede e demais unidades) de empregados não integrantes da relação acima mencionada, devendo qualquer alteração ser imediatamente comunicada à Gestão/Fiscalização da contratação.

1.4.1.2 Até 15 (quinze) dias após o início da prestação dos serviços, ou após a admissão de novos empregados: cópias autenticadas em cartório ou cópias simples acompanhadas dos originais da CTPS dos empregados admitidos para a execução dos serviços, devidamente assinadas, ou registros eletrônicos nos sistemas informatizados da CTPS em meio digital e dos exames médicos admissionais dos empregados vinculados à prestação de serviços avençados.

1.4.2 Até 10 (dez) dias após o último mês de prestação dos serviços (extinção ou rescisão do Contrato), em relação aos empregados que foram demitidos, ou após a demissão de qualquer empregado durante a execução do Contrato, apresentar a documentação adicional abaixo relacionada, acompanhada de cópias autenticadas em cartório ou de cópias simples acompanhadas de originais:

1.4.2.1 Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria, de acordo com a legislação vigente aplicável.

1.4.2.2 Exames médicos demissionais, quando cabíveis.

1.4.2.3 Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais.

1.4.2.4 Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado demitido.

1.4.3 Até 10 (dez) dias, a contar do fato gerador:

1.4.3.1 Aviso de férias e o respectivo comprovante de pagamento.

1.4.3.2 Folha de pagamento do décimo terceiro salário, acompanhada do comprovante de pagamento/depósito dos valores, da Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social – GFIP.

1.4.3.3 Aviso prévio, se for o caso.

1.4.3.4 Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho – TRCT, Guia Rescisória do FGTS, com os respectivos comprovantes de pagamento.

1.4.3.5 Declaração de renúncia de vale-transporte assinada pelo empregado e pela CONTRATADA.

2. Verificadas inconsistências ou dúvidas na documentação entregue, a CONTRATADA terá o prazo máximo de 7 (sete) dias úteis, contado a partir do recebimento de diligência da Gestão/Fiscalização da contratação, para prestar os esclarecimentos cabíveis, formal e documentalmente.

3. O descumprimento reiterado das disposições acima e a manutenção da CONTRATADA em situação irregular perante as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias poderá implicar rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação de penalidades e demais cominações legais.

3.1 Considera-se reiterado o descumprimento das mencionadas disposições por 3 (três) meses seguidos ou 5 (cinco) meses intercalados, todos aferidos a cada intervalo de 12 (doze) meses de execução do pacto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

1. A CONTRATADA deverá entregar à Gestão/Fiscalização da contratação, até o dia 20 do mês subsequente ao da prestação do serviço, nota fiscal/fatura dos serviços, emitida em 1 (uma) via, para fins de liquidação e pagamento, de forma a garantir o recolhimento das importâncias retidas relativas à contribuição previdenciária no prazo estabelecido no artigo 31 da Lei 8.212/1991 (e alterações).

2. A atestação da nota fiscal/fatura correspondente caberá à Gestão da Execução do Contrato ou a outro servidor designado para esse fim e será feita em até 2 (dois) dias úteis contados da perfeita e efetiva prestação dos serviços.

3. No caso de as notas fiscais/faturas serem emitidas e entregues ao CONTRATANTE em data posterior à indicada no item 1 desta cláusula, será imputado à CONTRATADA o pagamento dos eventuais encargos moratórios decorrentes.

4. O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE em até 10 (dez) dias úteis contados da protocolização da nota fiscal/fatura e dos documentos relacionados nos subitens 1.1 e 1.2 da CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA.

4.1 Na hipótese de o valor a ser pago enquadrar-se no art. 5º, §3º, da Lei 8.666/1993, o prazo para pagamento será de até 5 (cinco) dias úteis.

5. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta-corrente da CONTRATADA.

6. Caso a CONTRATADA opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante do Termo de Contrato, deverá comprovar a regularidade fiscal tanto do estabelecimento contratado como do estabelecimento que efetivamente executar o objeto, por ocasião dos pagamentos e quando das prorrogações contratuais.

7. A partir do 4º mês (inclusive) do primeiro ano da prestação de serviços, o pagamento da parte relativa ao serviço será proporcional ao atendimento das metas (Indicador de Qualidade) estabelecidas no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), que define objetivamente os níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e as respectivas adequações do pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, previstas na CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS SANÇÕES.

8. Ao CONTRATANTE reserva-se, ainda, o direito de somente efetuar o pagamento após a atestação de que o serviço foi executado em conformidade com as especificações do Termo de Contrato.

9. O CONTRATANTE está autorizado a realizar os pagamentos de salários diretamente aos empregados, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem honrados pela Contratada.

10. O CONTRATANTE, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à CONTRATADA, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste Instrumento e do Termo de Contrato.

11. A não apresentação da documentação de que trata a CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA no prazo de 30 (trinta) dias contado de sua solicitação pelo CONTRATANTE, poderá ensejar a rescisão da contratação e os valores retidos cautelarmente somente serão pagos após a comprovação de que os encargos trabalhistas, previdenciários e demais tributos encontram-se regularizados.

12. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

12.1 O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, em que:

EM = Encargos moratórios devidos.

N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438.

VP = Valor da prestação em atraso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS RETENÇÕES NA FONTE

1. Os pagamentos a serem efetuados em favor da CONTRATADA estarão sujeitos, no que couber, às retenções na fonte nos seguintes termos:

1.1 Do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da contribuição para seguridade social (COFINS) e da contribuição para o PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012 (e alterações) conforme determina o artigo 64 da Lei nº 9.430/1996 (e alterações).

1.2 Da contribuição previdenciária ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13/11/2009, conforme determina a Lei nº 8.212/1991 (e alterações).

1.3 Do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), na forma da Lei Complementar nº 116, de 31/07/2003 (e alterações) c/c a legislação municipal em vigor.

1.4 Da provisão de encargos trabalhistas, previdenciários e outros a serem pagos, nos termos da Resolução nº 169, de 31/1/2013 (e alterações), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que também disciplina a forma de resgate desses valores retidos.

1.4.1 Serão retidos do pagamento do valor mensal da empresa os valores referentes às rubricas de férias, 1/3 constitucional, 13º salário, multa do FGTS por dispensa sem justa causa, incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário, para serem depositados em conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, aberta no nome da contratada e por contrato, unicamente para essa finalidade e com movimentação somente por ordem do Tribunal.

1.4.2 O montante mensal do depósito vinculado será igual ao somatório dos valores das seguintes rubricas: férias; 1/3 constitucional; 13º salário; multa do FGTS por dispensa sem justa causa; incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário, que serão obtidos pela aplicação de percentuais e valores constantes da proposta.

1.4.3 Os depósitos serão efetuados sem prejuízo da retenção, na fonte, da tributação sujeita a alíquotas específicas previstas na legislação própria.

1.4.4 A empresa contratada poderá solicitar autorização do Tribunal para:

1.4.4.1 Resgatar da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – os valores despendidos com o pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias que estejam contempladas nas mesmas rubricas indicadas no item 1.4.1, desde que comprovado se tratar dos empregados alocados pela contratada para prestação dos serviços contratados.

1.4.4.2 Movimentar os recursos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – diretamente para a conta-corrente dos empregados alocados na execução da contratação, desde que para o pagamento de verbas trabalhistas que estejam contempladas nas mesmas rubricas indicadas no item 1.4.1.

1.4.5 Para resgatar os recursos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, conforme previsto no item 1.4.4.1, a empresa contratada, após pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias, deverá apresentar à unidade competente do Tribunal os documentos comprobatórios de que efetivamente pagou a cada empregado as rubricas indicadas no item 1.4.1.

1.4.6 O saldo remanescente dos recursos depositados na Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação – será liberado à empresa no momento do encerramento do contrato, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

1.4.7 Os saldos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – serão remunerados diariamente pelo índice da poupança ou por outro definido no termo de cooperação técnica, sempre escolhido o de maior rentabilidade.

2. Especificamente quanto ao pagamento de DIÁRIAS, aplicam-se à espécie as retenções elencadas nos subitens 1.1 a 1.3 desta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO QUALITATIVA E/OU QUANTITATIVA DA CONTRATAÇÃO

1. O Contrato pode ser alterado nos casos previstos no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA REPACTUAÇÃO E DO REAJUSTE

1. É admitida a repactuação dos preços contratados, desde que seja observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses. Os novos valores contratuais terão suas vigências iniciadas da seguinte forma:

a) A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação, como regra.

b) Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade e para concessão das próximas repactuações futuras.

c) Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

1.1 Inexistindo sentença normativa, convenção ou acordo coletivo de trabalho, a repactuação dos preços da mão de obra terá como base a pesquisa de preços realizada na mesma fonte utilizada para a fixação da remuneração inicial, devendo ser observados os mesmos critérios fixados quando da elaboração da estimativa de preços, neste caso contando-se o interregno mínimo da data de apresentação da proposta.

2. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de 12 (doze) meses será contado a partir da data de início dos efeitos financeiros da última repactuação ocorrida.
3. Caso a CONTRATADA não requeira tempestivamente a repactuação e prorrogue o Contrato sem pleiteá-la, **ocorrerá a preclusão do direito.**
4. Ocorrerá igualmente a **preclusão do direito à repactuação** caso o pedido seja formulado depois de extinto o Contrato.
5. As repactuações serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação das planilhas de composição de custos e formação de preços, do novo acordo ou convenção coletiva ou sentença normativa da categoria que fundamenta a repactuação, e, se for o caso, dos documentos indispensáveis à comprovação da alteração dos preços de mercado de cada um dos itens da planilha a ser alterado.
- 5.1 Os preços de insumos de mão de obra decorrentes de convenção, acordo coletivo de trabalho, sentença normativa ou definidos pelo poder público, tais como auxílio alimentação e vale-transporte, serão reajustados com base nos respectivos instrumentos legais, no mesmo momento — e por meio do mesmo instrumento — em que ocorrer a repactuação da mão de obra, com efeitos financeiros das datas das efetivas alterações de custos de cada item, nos termos dos itens **1 e 2** desta cláusula.
- 5.2 Para o item “aviso prévio trabalhado”, será admitido percentual máximo de 1,94% para o primeiro ano de vigência da contratação. Para os 12 (doze) meses subsequentes, serão mantidos até 10% do percentual máximo permitido para o período inicial (10% de 1,94%, equivalente a 0,194% - Acórdão TCU 1.586/2018).
6. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, sentença normativa, acordo ou convenção coletiva de trabalho.
7. É admitido, por ocasião da repactuação, o reajuste dos custos com insumos e materiais, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data limite para apresentação da proposta.
- 7.1 Se, no momento da repactuação, a CONTRATADA ainda não fizer jus ao reajuste, nos termos deste item, ocorrerá somente a repactuação, podendo a CONTRATADA, em momento oportuno, após o implemento da condição (interregno mínimo de 12 (doze) meses), solicitar o reajuste de direito.
8. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de 12 (doze) meses será contado a partir da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido.
9. Caso a CONTRATADA não requeira tempestivamente o reajuste e prorrogue a vigência do Contrato sem pleiteá-lo, **ocorrerá a preclusão do direito.**
10. Para os reajustes de insumos e materiais será utilizada a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, acumulado em 12 (doze) meses, adotando-se a seguinte fórmula:
Fórmula de cálculo: $Pr = P + (P \times V)$.
Em que:
 Pr = preço reajustado, ou preço novo.
 P = preço atual (antes do reajuste).
 V = variação percentual obtida na forma do item 10 desta cláusula, de modo que $(P \times V)$ significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.
11. O reajuste terá seus efeitos financeiros iniciados a partir da data de aquisição do direito da CONTRATADA, nos termos do item 7 desta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO

1. A contratação poderá ser rescindida nos termos dos artigos 78 a 80 da Lei 8.666/93.
- 1.1 No caso de rescisão provocada por inadimplemento – de qualquer natureza - da CONTRATADA, o CONTRATANTE, sem prejuízo das penalidades contratuais e legais, poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes da contratação até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.
2. A contratação, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas, poderá ser rescindida unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no artigo 78, incisos I a XII e XVII, da Lei n.º 8.666/93.
- 2.1 Enquadram-se nas hipóteses do artigo 78 da Lei n.º 8.666/93, exemplificativamente:
 - 2.1.1 A manutenção da CONTRATADA no regime diferenciado SIMPLES NACIONAL (Art. 78, I, da Lei 8.666/93).
 - 2.1.2 Na hipótese de a empresa obter pontuação inferior a 60% no Indicador de Qualidade (IQ) previsto no Instrumento de Medição de Resultado (IMR) por 3 (três) meses consecutivos ou por mais de 5 (cinco) meses ao longo de 1 (um) ano de prestação de serviços, desconsiderados os primeiros 3 (três) meses do primeiro ano de vigência da avença, conforme descrito no IMR. (Art. 78, I, da Lei 8.666/93).
3. No processo que visa à rescisão da contratação, serão assegurados o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de o CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.
4. As comunicações de atos processuais serão realizadas, preferencialmente, por meio do endereço eletrônico (e-mail) informado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS SANÇÕES

1. Com fundamento no artigo 7º da Lei n.º 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantidos o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo **da rescisão unilateral da contratação e da aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, a CONTRATADA que:**
 - 1.1 Apresentar documentação falsa.
 - 1.2 Fraudar a execução do Contrato.
 - 1.3 Comportar-se de modo inidôneo.
 - 1.4 Cometer fraude fiscal.
 - 1.5 Fizer declaração falsa.
2. Para os fins do subitem **1.3**, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.
3. Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei n.º 8.666/1993; e no artigo 7º da Lei n.º 10.520/2002, nos casos de retardamento, de falha na execução do Contrato, inexecução parcial ou de inexecução total do objeto, garantidos o contraditório e a ampla defesa, a CONTRATADA poderá ser sancionada, isoladamente, ou **juntamente com as multas definidas nesta cláusula**, com as seguintes reprimendas:
 - 3.1 Advertência.
 - 3.2 Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do artigo 4º da Lei n.º 10.520/2002, pelo prazo de até cinco anos.
4. Configurar-se-á o **retardamento da execução**, entre outras hipóteses, quando a CONTRATADA:
 - 4.1 Deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução da contratação na data estabelecida no Termo de Contrato.
 - 4.2 Deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos neste Instrumento e no Termo de Contrato por 3 (três) dias seguidos ou por 10 (dez) dias intercalados.
5. No caso de retardamento da execução, a CONTRATADA poderá ser sancionada com multa de 5% (cinco por cento) do valor anual para a contratação.
6. Configurar-se-á a **falha na execução da contratação**, entre outras hipóteses, quando a CONTRATADA se enquadrar em quaisquer das situações previstas na tabela 2 abaixo, respeitada a graduação de infrações conforme a tabela 1 desta cláusula e alcançar o total de 20 (vinte) pontos, cumulativamente. A contagem da pontuação será reiniciada a cada renovação da vigência da contratação.
7. Configurar-se-á a **inexecução parcial do objeto**, entre outras hipóteses, quando a CONTRATADA:
 - 7.1 Deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução da contratação após 10 (dez) dias contados da data estipulada para início da execução contratual.
 - 7.2 Deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos neste Instrumento e no Termo de Contrato por 5 (cinco) dias seguidos ou por 20 (vinte) dias intercalados.
8. No caso de inexecução parcial do objeto, garantidos a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de 20% (vinte por cento) do valor anual para a contratação.
9. Configurar-se-á a **inexecução total do objeto**, entre outras hipóteses, quando a CONTRATADA:

9.1 Deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução da contratação após 30 (trinta) dias contados da data estipulada para início da execução contratual.

9.2 Deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos neste Instrumento e no Termo de Contrato por 7 (sete) dias seguidos ou por 30 (trinta) dias intercalados.

10. No caso de inexecução total do objeto, garantidos a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de 30% (trinta por cento) do valor anual para a contratação.

11. A contratação poderá ser rescindida unilateralmente pela Administração, nos casos de falha ou retardamento na execução da avença, inexecução parcial ou inexecução total do objeto, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Contrato e em legislação específica.

12. Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

Tabela 1

Grau	Correspondência (% do valor anual do Contrato)
0	0,07%
1	0,2%
2	0,5%
3	1,0%
4	2,0%
5	3,0%
6	4,0%
7	5,0%

Tabela 2

Item	Descrição	Grau	Incidência
1	Permitir a presença de empregado não uniformizado ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá	2	Por empregado e por ocorrência
2	Manter empregado sem qualificação para a execução dos serviços	2	Por empregado e por dia
3	Executar serviço incompleto, de baixa qualidade, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar	3	Por ocorrência
4	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais	6	Por dia e por posto
5	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus colaboradores/funcionários	4	Por ocorrência
6	Utilizar as dependências do CONTRATANTE para fins diversos do objeto contratado	6	Por ocorrência
7	Recusar-se a executar serviço determinado pela Gestão/Fiscalização da contratação, sem motivo justificado	6	Por ocorrência
8	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais	7	Por ocorrência
9	Retirar das dependências do CONTRATANTE quaisquer equipamentos ou materiais previstos para a contratação, sem autorização prévia do responsável	2	Por item e por ocorrência
10	Obter pontuação inferior a 60% no Indicador de Qualidade (IQ), conforme previsto no IMR, por dois meses consecutivos	6	Por mês de ocorrência
11	Obter notas 0 (zero) ou 1 (um) em cada um dos critérios integrantes do FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS, por 3 (três) meses consecutivos ou em 5 (cinco) meses não consecutivos, a cada interregno de 12 (doze) meses	7	Por ocorrência
12	Retirar empregados ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE	5	Por empregado e por ocorrência
13	Comunicar, ao arrepio do prazo legal, a exclusão do SIMPLES NACIONAL (regime diferenciado) ao Órgão Fazendário competente	7	evento único

PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:

14	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal	2	Por empregado e por dia
15	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições	2	Por empregado e por dia
16	Manter a documentação de habilitação atualizada	2	Por item e por ocorrência
17	Cumprir horário estabelecido no Termo de Contrato ou determinado pela Gestão/Fiscalização da contratação	2	Por dia de ocorrência e por posto
18	Cumprir determinação da Gestão/Fiscalização da contratação para controle de acesso de seus empregados	2	Por ocorrência
19	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da Gestão/Fiscalização da contratação	3	Por ocorrência
20	Efetuar a reposição de empregados faltosos	3	Por empregado e ocorrência

21	Efetuar o pagamento de salários, vales-transporte, vales-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, como recolhimentos das contribuições sociais da Previdência Social ou do FGTS, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução da contratação nas datas avençadas	7	Por mês de ocorrência do não pagamento de quaisquer dos benefícios.
22	Entregar o uniforme aos empregados na periodicidade definida	2	Por empregado e por dia de atraso.
23	Manter sede, filial ou escritório de atendimento na cidade de Aracaju/SE, após decorrido o prazo estipulado no Termo de Contrato	2	Por ocorrência e por dia.
24	Creditar os salários nas contas bancárias dos empregados	2	Por ocorrência e por empregado.
25	Entregar, no prazo avençado, documentação exigida na cláusula do Termo de Contrato referente à DOCUMENTAÇÃO FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA.	2	Por ocorrência e por dia.
26	Entregar, no prazo definido, os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida por força do Termo de Contrato	3	Por ocorrência e por dia.
27	Fornecer EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) aos seus empregados conforme detalhamento previsto neste Instrumento	3	Por empregado e por dia de indisponibilidade do EPI.
28	Impor penalidades, em no máximo 15 dias da ocorrência, aos empregados que se negarem a utilizar EPIs previstos neste Instrumento	3	Por empregado e por ocorrência.
29	Cumprir quaisquer dos itens do Termo de Contrato e dos demais anexos do Edital do Pregão 20/2019 - Eletrônico não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela Gestão/Fiscalização da Contratação	4	Por item e por ocorrência.
30	Cumprir pontos da política de sustentabilidade do TRE-SE (principalmente separação de resíduos, reciclagem e economia de água/energia)	4	Por ocorrência apontada.
31	Atender normas sobre saúde, higiene e segurança do trabalho	7	Por ocorrência apontada
32	Apresentar garantia no prazo estabelecido	0	Por dia de atraso e até o máximo de 2% (dois por cento)

13. O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA.

13.1 Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual.

13.2 Se os valores das faturas e da garantia forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias contados da comunicação oficial.

13.3 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

13.4 Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis contado da solicitação do CONTRATANTE.

14. As comunicações de atos processuais serão realizadas, preferencialmente, por meio do endereço eletrônico (e-mail) informado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

1. As questões decorrentes da execução da contratação que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas na Justiça Federal, Seção Judiciária de Sergipe, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1. Aplicam-se a este Termo de Referência e aos casos omissos os recursos operacionais do sistema eletrônico (<https://www.comprasgovernamentais.gov.br>), a Lei 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Complementar 123/2006, o Decreto 8.538/2015, o Decreto nº 9.507/2018, a Resolução CNJ 169/2013, a Resolução TSE 23.234/2010, a Resolução TRE-SE 120/2015 e, subsidiariamente, a Lei 8.666/1993 e a Instrução Normativa SLTI/MPOG 5/2017.

ANEXO II

PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS - FORMATO XLS.

(0772378)

Disponível em: <http://www.tre-se.jus.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/licitacoes-e-contratos> (pesquisar por número e ano da licitação) e <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/comprasnet-siasg> (pesquisar UASG 070012, por número e ano da licitação).

ANEXO III

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

CONTRATO nº XX/20XX QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE, E A EMPRESA XXXX, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE XXX, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA.

CONTRATANTE: A UNIÃO, por intermédio do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE, com sede no Centro Administrativo Governador Augusto Franco (CENAF), Lote 7, Variante 2, Aracaju/SE, CEP 49.081-000, inscrito no CNPJ (MF) sob o nº 06.015.356/0001-85, neste ato representada pelo Exmo. Senhor Presidente, **Des. José dos Anjos**.

CONTRATADA: XXX, inscrita no CNPJ (MF) sob nº XXX, estabelecida na (endereço completo, com CEP), representada pelo seu (cargo), Senhor(a) (**NOME COMPLETO**), portador(a) da Cédula de identidade nº (informar número e órgão expedidor), CPF (MF) nº (informar número), de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por contrato social.

Os **CONTRATANTES**, em observância às disposições da Lei nº 8.666/1993, do Decreto nº 9.507/2018, da Resolução CNJ 169/2013, da Resolução TSE 23.234/2010, da Resolução TRE/SE 120/2015 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG 5/2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 20/2019 - Eletrônico, processo SEI 0018175-35.2019.6.25.8000, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços especializados e continuados de auxiliar de serviços administrativos para a Seção de Urnas Eletrônicas, para o Posto de Atendimento do TRE-SE no CEAC do Shopping Riomar e para a Seção de Manutenção Predial, conforme descrição a seguir:

ITEM	CÓDIGO SIASG	ESPECIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR	UNIDADE	PERÍODO DA CONTRATAÇÃO
1	538-0	Prestação de serviços de apoio administrativo	<p>Contratação de um total de 7 (sete) postos de trabalho de Auxiliar de Serviços Administrativos, sendo:</p> <ul style="list-style-type: none">05 (cinco) deles para a realização de atividades operacionais com urnas eletrônicas, a serem realizadas na Seção de Urnas Eletrônicas, localizada na Sede deste TRE.01 (um) deles para auxiliar nas diversas demandas dos eleitores (alistamento eleitoral, transferência, revisão, dentre outros serviços adiante enumerados) no Posto de Atendimento do TRE/SE localizado no CEAC do Shopping Riomar, nesta Capital.01 (um) deles para auxiliar nas atividades administrativas da Seção de Manutenção Predial, localizada na Sede deste TRE. <p>Diárias (estimativa de 96 eventos) para o Auxiliar de Serviços Administrativos que desempenhará as suas atribuições na Seção de Manutenção Predial, com a finalidade de possibilitar o acompanhamento dos serviços realizados em decorrência dos Contratos fiscalizados por essa unidade.</p>	Posto de trabalho	24 meses

CLÁUSULA SEGUNDA - DO INÍCIO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL E DA VIGÊNCIA

- A execução contratual será iniciada em __/__/__, com vigência de 24 (vinte e quatro) meses, de modo a encerrar-se em __/__/__.
- O presente Contrato poderá ser prorrogado por interesse das partes, mediante termo aditivo, até o limite de 60 (sessenta) meses, caso sejam preenchidos, de forma simultânea, os requisitos abaixo enumerados e autorizado formalmente pela autoridade competente:
 - Prestação regular dos serviços.
 - Demonstração de que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada.
 - Manutenção do interesse pela Administração na realização do serviço.
 - Concordância expressa da CONTRATADA acerca da prorrogação.
 - Comprovação de que a CONTRATADA mantém as condições iniciais de habilitação.
 - Manutenção da vantajosidade econômica do valor do contrato para a Administração.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

- O **valor total** deste Contrato é de R\$ XXX,XX (valor por extenso), a seguir discriminado:
 - Preço mensal:** R\$ XXX,XX (valor por extenso), referente à mão de obra e insumo(s).
 - Preço global estimado** para diárias: R\$ XXX,XX (valor por extenso):

CLÁUSULA QUARTA - DA DESPESA E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

- As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 20XX, na classificação abaixo:
 - Gestão/Unidade: COSER.
 - Fonte:
 - Programa de Trabalho: 02.122.0570.20GP.0028/Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral. PTRES: 084632; 02.061.0570.4269.0001 - Pleitos Eleitorais (Atualização e Manutenção do Sistema de Votação) - PTRES: 084799.
 - Elemento de Despesa: 3.3.9.0.37 Locação de Mão-de-obra.
 - Programa Interno (PI): AOSA APOIO - Exercício de 2019; ADM APOIO - Exercício de 2020; UEL MANPREV.
- A despesa orçamentária da execução deste Contrato no corrente exercício, no valor de R\$ XXX,XX (valor por extenso), correrá à conta da(s) Nota(s) de Empenho nº xxxxx, de __/__/__.
- A despesa para o(s) exercício(s) subsequente(s) será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada ao Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, pela Lei Orçamentária Anual.

CLÁUSULA QUINTA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

- A CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE, no **prazo máximo de 10 (dez) dias úteis** contado da data assinatura deste Instrumento, comprovante de prestação de garantia na modalidade XXX (forma definida pela Contratada, dentre as opções do anexo I do Edital do certame) no valor de R\$ XXX,XX (valor por extenso), com vigência entre __/__/__ e __/__/__ (90 - noventa - dias após o término de vigência contratual).
- A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

2.1 Prejuízos advindos do não cumprimento do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas.

2.2 Multas moratórias e punitivas aplicadas pelo CONTRATANTE à CONTRATADA em sede de processo administrativo sancionatório.

2.3 Prejuízos diretos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato.

2.4 Obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas não honradas pela CONTRATADA.

3. A garantia oferecida deverá estar resguardada de eventuais perdas do poder aquisitivo da moeda, cabendo à CONTRATADA reforçá-la, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da notificação deste Tribunal, sempre que se faça necessário o restabelecimento das condições iniciais, inclusive quando sobre ela incidirem descontos relacionados a multas por infrações contratuais e/ou pagamento de qualquer obrigação.

4. Em ocorrendo reajustamento de preços (reajuste, repactuação e/ou revisão), o valor da garantia deverá ser complementado em igual proporção.

4.1 Caso haja prorrogação da vigência contratual ou, quando for o caso, o não recebimento definitivo do objeto contratual, a CONTRATADA se obriga a estender a garantia em igual período.

5. A garantia de execução do objeto desta contratação será liberada em até 10 (dez) dias, ante a comprovação de que a CONTRATADA pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, bem como descontadas as eventuais multas, finda a vigência da contratação e após atestação da Gestão da Execução do Contrato.

5.1 Caso o pagamento das verbas rescisórias trabalhistas não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para esse fim.

6. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor contratado, a título de garantia.

6.1 O bloqueio efetuado não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à CONTRATADA.

6.2 A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado por quaisquer das modalidades de garantia: caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

6.3 O valor da multa moratória decorrente do atraso da garantia - item 12 da cláusula décima quinta - poderá ser glosado de pagamentos devidos à CONTRATADA.

7. O número do Contrato garantido e/ou assegurado deverá constar dos instrumentos de garantia ou seguro a serem apresentados pelo garantidor e/ou segurador.

8. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

9. Será considerada extinta a garantia:

9.1 Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato.

9.2 Com o término da vigência do contrato (observado o prazo de 90 dias sinalizado no item 1), que poderá, independentemente da sua natureza, ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

10. Para efeitos da execução da garantia, os inadimplementos contratuais deverão ser comunicados pelo CONTRATANTE à CONTRATADA e/ou à Instituição Garantidora, no prazo de até 90 (noventa) dias após o término de vigência do Contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DO GERENCIAMENTO DA CONTRATAÇÃO

1. A Gestão da Execução do Contrato será realizada pelo(a) titular da Coordenadoria de Obras e Serviços (COSER) ou, na sua ausência, pelo substituto designado.

2. A Fiscalização Técnica da contratação será realizada por servidor designado lotado na Seção de Manutenção Predial (SEMAN), por meio de acompanhamento da execução do objeto contratado, cabendo-lhe comunicar à COSER, verbalmente ou por escrito, eventuais irregularidades identificadas referentes à não conformidade da execução com as condições estabelecidas para a contratação.

3. A Fiscalização Setorial será realizada pela Seção de Administração de Urnas Eletrônicas - SEAU, pelo responsável pelo Posto de Atendimento do TRE/SE no CEAC do Shopping Riomar, e pela Seção de Manutenção Predial - SEMAN, que comunicarão também as irregularidades identificadas à Gestão da Execução do Contrato, verbalmente ou por escrito.

4. A atestação de conformidade do fornecimento do objeto caberá à Gestão da Execução do Contrato, em até 2 (dois) dias úteis, contados da perfeita e efetiva prestação dos serviços, e será consignada na nota fiscal/fatura emitida pela CONTRATADA, procedendo-se ao registro de observações, se necessário.

4.1 A Gestão/Fiscalização da Contratação determinará o que for necessário à solução das irregularidades detectadas durante a execução contratual e rejeitará, no todo ou em parte, o objeto avençado que não obedecer à regras e obrigações estabelecidas para a contratação.

5. A Gestão/Fiscalização exercida pela CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA pela adequada execução do objeto avençado e pelos danos ou prejuízos por ela causados, por culpa ou dolo, ao CONTRATANTE ou a terceiros.

6. Quando as decisões e as providências ultrapassarem a competência da Gestão/Fiscalização da contratação, esta submeterá a matéria aos seus respectivos superiores hierárquicos, em tempo hábil, para que seja determinada a adoção das medidas cabíveis.

7. Os esclarecimentos solicitados pela Gestão/Fiscalização da Contratação deverão ser prestados imediatamente, podendo ser fixado prazo de acordo com a complexidade do caso.

8. Nenhuma modificação poderá ser feita na prestação dos serviços sem autorização expressa da Gestão/Fiscalização da Contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. As partes devem cumprir fielmente as cláusulas avençadas neste Instrumento, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

2. A CONTRATADA deverá:

2.1. Executar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos no Anexo I ao Edital do Pregão 20/2019 - Eletrônico (Termo de Referência) e pela Gestão/Fiscalização da Contratação, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica e por boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição, a exemplo de realização de separação dos resíduos recicláveis e observância das Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos e outras medidas de sustentabilidade presentes neste Instrumento, como também as normas em relação à medicina do trabalho.

2.2. Nomear preposto, no prazo da assinatura do contrato (2 dias úteis), para, durante o período de vigência, representá-la na execução da contratação.

2.2.1 Nomear outro representante, no mesmo prazo de 2 (dois) dias úteis, no caso de o TRE-SE utilizar-se do direito de determinar, a qualquer tempo, a sua substituição.

2.3. Manter, durante a vigência da contratação, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar ao CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições.

2.4. Assinar, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação do Tribunal, os documentos de abertura da conta depósito vinculada - bloqueada para movimentação - e termo específico da instituição financeira oficial que permita ao Tribunal ter acesso aos saldos e extratos, e vincule a movimentação dos valores depositados à autorização do TRE-SE.

2.5. Apresentar, no início da prestação dos serviços, cópias autenticadas (ou original e cópia a ser conferida pela Fiscalização Técnica da contratação) das fichas de registro de seus empregados e dos contratos de trabalhos, mesmo se for contrato de experiência, além de autorizações de descontos legais em folha de pagamento ou declarações de não uso do vale-transporte, caso haja, e comprovante de que o empregado possui conta bancária para recebimento dos salários mensais.

2.6. Responder, nos prazos legais, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do serviço e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, indenizações, tributos, vale-refeição, vale-transporte, uniformes, crachás e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público.

2.7. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno do CONTRATANTE, inclusive no que se referir ao acesso às dependências onde serão executados os serviços.

- 2.8.** Responder pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução da contratação.
- 2.9.** Comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados.
- 2.10.** Fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a prestação do serviço, com o intento de verificar as condições em que está sendo prestado.
- 2.11.** Refazer os serviços que, a juízo do CONTRATANTE, não forem considerados satisfatórios, sem que caiba qualquer acréscimo no preço contratado.
- 2.12.** Treinar seus empregados quanto aos princípios básicos de postura no ambiente de trabalho, tratamento de informações recebidas e manutenção de sigilo, comportamento perante situações de risco e atitudes para evitar atritos com servidores, colaboradores e visitantes do CONTRATANTE.
- 2.13.** Manter seus empregados sob as normas disciplinares do CONTRATANTE, substituindo, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após notificação, qualquer que seja considerado inconveniente pelo CONTRATANTE.
- 2.13.1.** O substituto somente será aceito após comprovação prévia de atendimento das qualificações especificadas neste Instrumento e desde que devidamente uniformizado.
- 2.14.** Manter os seus empregados devidamente identificados por crachá e uniforme, além de fornecer e fiscalizar o correto uso dos equipamentos de segurança necessários para a execução de serviços, observando, para tal e em especial, a Norma Regulamentadora MTE 6 (Equipamento de Proteção Individual - EPI).
- 2.15.** Cuidar para que o preposto indicado mantenha permanente contato com a Gestão/Fiscalização da contratação, adotando as providências requeridas relativas à execução dos serviços pelos empregados.
- 2.16.** Coordenar e controlar a execução dos serviços prestados.
- 2.17.** Administrar todo e qualquer assunto relativo aos seus empregados.
- 2.18.** Assumir todas as responsabilidades e, por meio do preposto, tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou acometidos de mal súbito.
- 2.19.** Instruir os seus empregados quanto à prevenção de acidentes e de incêndios.
- 2.20.** Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas, permitindo ao CONTRATANTE o acesso ao controle de frequência.
- 2.21.** Cuidar da disciplina e da apresentação pessoal dos seus empregados.
- 2.22.** Responsabilizar-se pelo transporte do seu pessoal até as dependências do Tribunal, por meio próprio ou mediante vale transporte, inclusive em casos de paralisação dos transportes coletivos, bem como nas situações em que se faça necessária a execução dos serviços em regime extraordinário, para assegurar a continuidade normal dos trabalhos.
- 2.23.** Manter sede, filial ou escritório na cidade de Aracaju/SE, com capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda do CONTRATANTE, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, admissão e demissão dos empregados.
- 2.23.1.** Comprovar, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do início da prestação dos serviços, o cumprimento dessa obrigação.
- 2.24.** Adotar providências para que todos os empregados, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do início da prestação dos serviços, possuam cartão cidadão ou outro cartão equivalente, que possibilite consulta e recebimento de benefícios sociais, expedido por órgão/entidade federal responsável.
- 2.25.** Providenciar, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do início da prestação dos serviços, junto ao INSS, senha para todos os empregados com o objetivo de acessar o Extrato de Informações Previdenciárias pela Internet.
- 2.26.** Efetuar o pagamento de salários e demais verbas via depósito bancário, bem como recolher, no prazo legal, os encargos sociais devidos, exibindo as comprovações respectivas.
- 2.27.** Responsabilizar-se por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, devendo saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE.
- 2.28.** Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução da contratação, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE.
- 2.29.** Responsabilizar-se por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução da contratação, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.
- 2.30.** Responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação.
- 2.31.** Adotar, na execução do objeto contratual, práticas de sustentabilidade e de racionalização no uso de materiais e serviços quando cabível, incluindo:
- 2.31.1.** Política de separação dos resíduos recicláveis descartados e sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, conforme Decreto n. 5.940/2006.
- 2.31.2.** Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes.
- 2.31.3.** Utilização de técnicas mais eficientes e racionais, que possibilitem a manutenção da qualidade de serviço requerida com a menor quantidade possível de intervenções (redução da frequência de realização dos serviços sem queda na qualidade).
- 2.32.** Autorizar o TRE-SE, quando houver falha no cumprimento das obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização e sem prejuízo das sanções cabíveis, a deduzir das faturas devidas os valores referentes aos salários e demais benefícios e a realizar os pagamentos diretamente aos empregados, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS.
- 2.32.1.** A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos supracitados, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao CONTRATANTE, nem pode onerar o objeto contratado.
- 2.32.2.** O disposto no item **2.32** não exime a obrigação da CONTRATADA relativa à emissão e ao envio da folha de pagamento e das guias previstas no item **1.4.2.3** da cláusula nona, referentes ao mês da fatura.
- 2.32.3.** Para o cumprimento da excepcionalidade descrita no item **2.32**, a CONTRATADA deverá apresentar demonstrativos individualizados de pagamento, com relação de CPF e dados bancários de seus empregados, a fim de viabilizar o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas previstos.
- 2.33.** Executar os serviços em dias e horários distintos dos estabelecidos originalmente, podendo, nesse caso, haver compensação entre a carga horária semanal estabelecida e aquela prevista na convenção ou acordo coletivo de trabalho da categoria envolvida, caso solicitado previamente pelo CONTRATANTE e desde que haja acordo individual escrito ou o instrumento coletivo autorizativo.
- 2.34.** Disponibilizar, nos termos da Resolução TRE-SE 175/2014, vagas para presos egressos do sistema carcerário e de cumpridores de medidas e penas alternativas, quando da execução do Contrato, na seguinte proporção: 1 (uma) vaga quando da contratação de 6 a 19 trabalhadores, facultada a disponibilização de vaga quando da contratação de até 5 trabalhadores.
- 2.35.** Informar, previamente ao início das atividades, endereço eletrônico (e-mail) para realização de tratativas durante a execução da contratação, se necessárias, como também para o recebimento de eventuais comunicações de atos processuais em sede de processo administrativo sancionatório.
- 2.36.** Observar as normas do Código de Ética e Conduta Profissional do TRE/SE, instituído pela Resolução 120/2015 TRE-E, disponível em: <http://www.tre-se.jus.br/o-tre/servidores-e-normas-internas/codigo-de-etica-e-conduta-profissional/codigo-de-etica-e-conduta-profissional>.

3. É expressamente vedado à CONTRATADA:

- 3.1** Veicular publicidade acerca da contratação, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE.
- 3.2** Sub-rogar (subcontratar, ceder ou transferir totalmente) a contratação.
- 3.3** Contratar servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou ocupante de cargo em comissão, assim como seu cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, durante a vigência da contratação.
- 3.4** Caucionar ou utilizar o Termo de Contrato para qualquer operação financeira.
- 3.5** Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

1. Expedir ordem de serviço.
2. Prestar informações e esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante ou preposto da CONTRATADA.
3. Colocar à disposição dos empregados da CONTRATADA local para a guarda de equipamentos de proteção individual (EPI) e outros pertences necessários ao bom desempenho dos serviços.
4. Disponibilizar veículo para transportar os profissionais responsáveis pela execução dos serviços nos Postos, Cartórios e Fóruns Eleitorais da Capital e do interior.
5. Efetuar o pagamento mensal devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas pela CONTRATADA todas as formalidades e exigências da contratação, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos no Anexo I ao Edital do Pregão 20/2019 - Eletrônico (Termo de Referência) e neste Instrumento.
6. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidores especialmente designados para esse fim, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
7. Comunicar formalmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento da execução contratual.
8. Observar o cumprimento dos requisitos de qualificação profissional exigidos nas especificações técnicas e nas atribuições, solicitando à CONTRATADA as substituições e os treinamentos que se verificarem necessários.
9. Disponibilizar as normas do Tribunal referentes à sustentabilidade, dando suporte à sua divulgação e verificando sua aplicação por meio de indicadores qualitativos e/ou quantitativos.
10. Realizar as avaliações previstas no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

CLÁUSULA NONA - DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA

1. Para fins de acompanhamento do adimplemento de suas obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, a CONTRATADA deverá entregar à Gestão/Fiscalização da contratação, independentemente de solicitação, a documentação a seguir relacionada:

1.1 Mensalmente, acompanhando a Nota Fiscal/Fatura referente ao serviço prestado, cópias autenticadas em cartório ou cópias simples acompanhadas de originais, dos seguintes documentos:

- a) Certidão Negativa de Débito da Previdência Social — CND.
- b) Certidão de Regularidade do FGTS-CRF.
- c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.
- d) Certidão Negativa de Débitos da Fazenda Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA.
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
- f) Registro Auxiliar de Nota Fiscal de Serviço (RANFS) emitido pela Prefeitura Municipal de Aracaju/SE, no caso de o prestador de serviço não estar sediado na referida municipalidade.

1.1.1 Os documentos relacionados no subitem **1.1**, com exceção do RANFS, poderão ser substituídos, total ou parcialmente, por extrato válido e atualizado do SICAF.

1.2 Ainda mensalmente:

- a) Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social – GFIP, Guia da Previdência Social – GPS e a Guia de Recolhimento do FGTS referente ao mês anterior da fatura/folha de pagamento e os comprovantes de pagamento da GPS, se for o caso, e da GRF, ou outros documentos que os substituírem.
- b) Cópia da folha de pagamento analítica do mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o Órgão ou Unidade CONTRATANTE; ou cópia do(s) contracheque(s) assinado(s) pelo(s) empregado(s) do mês da prestação dos serviços, e ainda dos respectivos comprovantes de depósitos bancários.
- c) Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, auxílio alimentação etc.) a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos ao mês da prestação dos serviços.
- d) Outros documentos que comprovem a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da CONTRATADA.

1.2.1 A exigência da documentação elencada no item **1.2** desta cláusula poderá ser flexibilizada posteriormente mediante acordo em reunião de delineamento ou por meio de comunicação eletrônica do CONTRATANTE à CONTRATADA.

1.3 Anualmente, no mínimo, ou quando solicitado:

- a) Extratos de informações previdenciárias e de depósitos do Fundo de Garantia e Tempo de Serviço — FGTS de seus empregados, bem como quaisquer outros documentos que possam comprovar a regularidade previdenciária e fiscal da CONTRATADA.
- b) Protocolo de entrega da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, até o mês seguinte à data prevista em normativo próprio expedido pelo Ministério competente.

1.4 Documentação obrigatória para o início e o término da execução contratual, em caso de admissão/demissão de empregados ou quando da ocorrência do fato gerador:

1.4.1 No primeiro mês de prestação dos serviços:

1.4.1.1 Até 1 (um) dia antes do início dos trabalhos: relação nominal dos empregados contendo nome completo, cargo ou função, horário de trabalho, RG, CPF, bem como todos os documentos que comprovem a experiência e qualificação dos profissionais alocados, previstos neste Instrumento.

1.4.1.1.1 Em nenhuma hipótese será permitido o acesso às dependências do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (sede e demais unidades) de empregados não integrantes da relação acima mencionada, devendo qualquer alteração ser imediatamente comunicada à Gestão/Fiscalização da contratação.

1.4.1.2 Até 15 (quinze) dias após o início da prestação dos serviços, ou após a admissão de novos empregados: cópias autenticadas em cartório ou cópias simples acompanhadas dos originais da CTPS dos empregados admitidos para a execução dos serviços, devidamente assinadas, ou registros eletrônicos nos sistemas informatizados da CTPS em meio digital e dos exames médicos admissionais dos empregados vinculados à prestação de serviços avançados.

1.4.2 Até 10 (dez) dias após o último mês de prestação dos serviços (extinção ou rescisão do Contrato), em relação aos empregados que foram demitidos, ou após a demissão de qualquer empregado durante a execução do Contrato, apresentar a documentação adicional abaixo relacionada, acompanhada de cópias autenticadas em cartório ou de cópias simples acompanhadas de originais:

1.4.2.1 Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria, de acordo com a legislação vigente aplicável.

1.4.2.2 Exames médicos demissionais, quando cabíveis.

1.4.2.3 Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais.

1.4.2.4 Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado demitido.

1.4.3 Até 10 (dez) dias, a contar do fato gerador:

1.4.3.1 Aviso de férias e o respectivo comprovante de pagamento.

1.4.3.2 Folha de pagamento do décimo terceiro salário, acompanhada do comprovante de pagamento/depósito dos valores, da Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social – GFIP.

1.4.3.3 Aviso prévio, se for o caso.**1.4.3.4** Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho – TRCT, Guia Rescisória do FGTS, com os respectivos comprovantes de pagamento.**1.4.3.5** Declaração de renúncia de vale-transporte assinada pelo empregado e pela CONTRATADA.

2. Verificadas inconsistências ou dúvidas na documentação entregue, a CONTRATADA terá o prazo máximo de 7 (sete) dias úteis, contado a partir do recebimento de diligência da Gestão/Fiscalização da contratação, para prestar os esclarecimentos cabíveis, formal e documentalmente.

3. O descumprimento reiterado das disposições acima e a manutenção da CONTRATADA em situação irregular perante as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias poderá implicar rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação de penalidades e demais cominações legais.

3.1 Considera-se reiterado o descumprimento das mencionadas disposições por 3 (três) meses seguidos ou 5 (cinco) meses intercalados, todos aferidos a cada intervalo de 12 (doze) meses de execução do pacto.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

1. A CONTRATADA deverá entregar à Gestão/Fiscalização da contratação, até o dia 20 do mês subsequente ao da prestação do serviço, nota fiscal/fatura dos serviços, emitida em 1 (uma) via, para fins de liquidação e pagamento, de forma a garantir o recolhimento das importâncias retidas relativas à contribuição previdenciária no prazo estabelecido no artigo 31 da Lei 8.212/1991 (e alterações).

2. A atestação da nota fiscal/fatura correspondente caberá à Gestão da Execução do Contrato ou a outro servidor designado para esse fim e será feita em até 2 (dois) dias úteis contados da perfeita e efetiva prestação dos serviços.

3. No caso de as notas fiscais/faturas serem emitidas e entregues ao CONTRATANTE em data posterior à indicada no item 1 desta cláusula, será imputado à CONTRATADA o pagamento dos eventuais encargos moratórios decorrentes.

4. O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE **em até 10 (dez) dias úteis** contados da protocolização da nota fiscal/fatura e dos documentos relacionados nos subitens 1.1 e 1.2 da CLÁUSULA NONA – DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA.

4.1 Na hipótese de o valor a ser pago enquadrar-se no art. 5º, §3º, da Lei 8.666/1993, o prazo para pagamento será de até 5 (cinco) dias úteis.

5. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta-corrente da CONTRATADA.

6. Caso a CONTRATADA opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante neste Instrumento, deverá comprovar a regularidade fiscal tanto do estabelecimento contratado como do estabelecimento que efetivamente executar o objeto, por ocasião dos pagamentos e quando das prorrogações contratuais.

7. A partir do 4º mês (inclusive) do primeiro ano da prestação de serviços, o pagamento da parte relativa ao serviço será proporcional ao atendimento das metas (Indicador de Qualidade) estabelecidas no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), que define objetivamente os níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e as respectivas adequações do pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, previstas na CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES.

8. Ao CONTRATANTE reserva-se, ainda, o direito de somente efetuar o pagamento após a atestação de que o serviço foi executado em conformidade com as especificações deste Instrumento.

9. O CONTRATANTE está autorizado a realizar os pagamentos de salários diretamente aos empregados, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem honrados pela Contratada.

10. O CONTRATANTE, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à CONTRATADA, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos do Anexo I ao Edital do Pregão 20/2019 - Eletrônico (Termo de Referência) e deste Instrumento.

11. A não apresentação da documentação de que trata a CLÁUSULA NONA – DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA no prazo de 30 (trinta) dias contado de sua solicitação pelo CONTRATANTE, poderá ensejar a rescisão da contratação e os valores retidos cautelarmente somente serão pagos após a comprovação de que os encargos trabalhistas, previdenciários e demais tributos encontram-se regularizados.

12. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

12.1 O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, em que:

EM = Encargos moratórios devidos.

N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438.

VP = Valor da prestação em atraso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS RETENÇÕES NA FONTE

1. Os pagamentos a serem efetuados em favor da CONTRATADA estarão sujeitos, no que couber, às retenções na fonte nos seguintes termos:

1.1 Do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da contribuição para seguridade social (COFINS) e da contribuição para o PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012 (e alterações), conforme determina o artigo 64 da Lei nº 9.430/1996 (e alterações).

1.2 Da contribuição previdenciária ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13/11/2009, conforme determina a Lei nº 8.212/1991 (e alterações).

1.3 Do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), na forma da Lei Complementar nº 116, de 31/07/2003 (e alterações) c/c a legislação municipal em vigor.

1.4 Da provisão de encargos trabalhistas, previdenciários e outros a serem pagos, nos termos da Resolução nº 169, de 31/1/2013 (e alterações), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que também disciplina a forma de resgate desses valores retidos.

1.4.1 Serão retidos do pagamento do valor mensal da empresa os valores referentes às rubricas de férias, 1/3 constitucional, 13º salário, multa do FGTS por dispensa sem justa causa, incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário, para serem depositados em conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, aberta no nome da contratada e por contrato, unicamente para essa finalidade e com movimentação somente por ordem do Tribunal.

1.4.2 Para os fins de retenção serão observados os seguintes percentuais (conforme consta da proposta vencedora):

Rubrica	Percentual (%)
Férias	
1/3 constitucional	
13º salário	
Multa do FGTS por dispensa sem justa causa	
Incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário	

1.4.3 O montante mensal do depósito vinculado será igual ao somatório dos valores das seguintes rubricas: férias; 1/3 constitucional; 13º salário; multa do FGTS por dispensa sem justa causa; incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário, que serão obtidos pela aplicação de percentuais e valores constantes da proposta.

1.4.4 Os depósitos serão efetuados sem prejuízo da retenção, na fonte, da tributação sujeita a alíquotas específicas previstas na legislação própria.

1.4.5 A empresa contratada poderá solicitar autorização do Tribunal para:

1.4.5.1 Resgatar da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – os valores despendidos com o pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias que estejam

contempladas nas mesmas rubricas indicadas no item **1.4.1**, desde que comprovado se tratar dos empregados alocados pela contratada para prestação dos serviços contratados.

1.4.5.2 Movimentar os recursos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – diretamente para a conta-corrente dos empregados alocados na execução do contrato, desde que para o pagamento de verbas trabalhistas que estejam contempladas nas mesmas rubricas indicadas no item **1.4.1**.

1.4.6 Para resgatar os recursos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, conforme previsto no item **1.4.5.1**, a empresa contratada, após pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias, deverá apresentar à unidade competente do Tribunal os documentos comprobatórios de que efetivamente pagou a cada empregado as rubricas indicadas no item **1.4.1**.

1.4.7 O saldo remanescente dos recursos depositados na Conta-Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação - será liberado à empresa no momento do encerramento do contrato, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

1.4.8 Os saldos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – serão remunerados diariamente pelo índice da poupança ou por outro definido no termo de cooperação técnica, sempre escolhido o de maior rentabilidade.

2. Especificamente quanto ao pagamento de **DIÁRIAS**, aplicam-se à espécie as retenções elencadas nos subitens **1.1** a **1.3** desta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO QUALITATIVA E/OU QUANTITATIVA DA CONTRATAÇÃO

1. O Contrato pode ser alterado nos casos previstos no artigo 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA REPACTUAÇÃO E DO REAJUSTE

1. É admitida a repactuação dos preços contratados, desde que seja observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses. Os novos valores contratuais terão suas vigências iniciadas da seguinte forma:

a) A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação, como regra.

b) Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade e para concessão das próximas repactuações futuras.

c) Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

1.1 Inexistindo sentença normativa, convenção ou acordo coletivo de trabalho, a repactuação dos preços da mão de obra terá como base a pesquisa de preços realizada na mesma fonte utilizada para a fixação da remuneração inicial, devendo ser observados os mesmos critérios fixados quando da elaboração da estimativa de preços, neste caso contando-se o interregno mínimo da data de apresentação da proposta.

2. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de 12 (doze) meses será contado a partir da data de início dos efeitos financeiros da última repactuação ocorrida.

3. Caso a CONTRATADA não requeira tempestivamente a repactuação e prorrogue o Contrato sem pleiteá-la, **ocorrerá a preclusão do direito**.

4. Ocorrerá igualmente a **preclusão do direito à repactuação** caso o pedido seja formulado depois de extinto o Contrato.

5. As repactuações serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação das planilhas de composição de custos e formação de preços, do novo acordo ou convenção coletiva ou sentença normativa da categoria que fundamenta a repactuação, e, se for o caso, dos documentos indispensáveis à comprovação da alteração dos preços de mercado de cada um dos itens da planilha a ser alterado.

5.1 O(s) preço(s) de insumo(s) de mão de obra decorrentes de convenção, acordo coletivo de trabalho, sentença normativa ou definidos pelo poder público, tais como auxílio alimentação e vale-transporte, serão reajustados com base nos respectivos instrumentos legais, no mesmo momento — e por meio do mesmo instrumento — em que ocorrer a repactuação da mão de obra, com efeitos financeiros das datas das efetivas alterações de custos de cada item, nos termos dos itens **1** e **2** desta cláusula.

5.2 Para o item “aviso prévio trabalhado”, será admitido percentual máximo de 1,94% para o primeiro ano de vigência da contratação. Para os 12 (doze) meses subsequentes, serão mantidos até 10% do percentual máximo permitido para o período inicial (10% de 1,94%, equivalente a 0,194% - Acórdão TCU 1.586/2018).

6. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, sentença normativa, acordo ou convenção coletiva de trabalho.

7. É admitido, por ocasião da repactuação, o reajuste dos custos com insumos e materiais, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data limite para apresentação da proposta.

7.1. Se, no momento da repactuação, a CONTRATADA ainda não fizer jus ao reajuste, nos termos deste item, ocorrerá somente a repactuação, podendo a CONTRATADA, em momento oportuno, após o implemento da condição (interregno mínimo de 12 (doze) meses), solicitar o reajuste de direito.

8. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de 12 (doze) meses será contado a partir da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido.

9. Caso a CONTRATADA não requeira tempestivamente o reajuste e prorrogue a vigência do Contrato sem pleiteá-lo, **ocorrerá a preclusão do direito**.

10. Para os reajustes de insumo(s) e materiais será utilizada a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, acumulado em 12 (doze) meses, adotando-se a seguinte fórmula:

Fórmula de cálculo: $Pr = P + (P \times V)$.

Em que:

Pr = preço reajustado, ou preço novo.

P = preço atual (antes do reajuste).

V = variação percentual obtida na forma do item 10 desta cláusula, de modo que $(P \times V)$ significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.

11. O reajuste terá seus efeitos financeiros iniciados a partir da data de aquisição do direito da CONTRATADA, nos termos do item **7** desta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO

1. A contratação poderá ser rescindida nos termos dos artigos 78 a 80 da Lei 8.666/93.

1.1 No caso de rescisão provocada por inadimplemento – de qualquer natureza - da CONTRATADA, o CONTRATANTE, sem prejuízo das penalidades contratuais e legais, poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes da contratação até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

2. A contratação, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas, poderá ser rescindida unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no artigo 78, incisos I a XII e XVII, da Lei n.º 8.666/93.

2.1 Enquadram-se nas hipóteses do artigo 78 da Lei n.º 8.666/93, exemplificativamente:

2.1.1 A manutenção da CONTRATADA no regime diferenciado SIMPLES NACIONAL (Art. 78, I, da Lei 8.666/93).

2.1.2 Na hipótese de a empresa obter pontuação inferior a 60% no Indicador de Qualidade (IQ) previsto no Instrumento de Medição de Resultado (IMR) por 3 (três) meses consecutivos ou por mais de 5 (cinco) meses ao longo de 1 (um) ano de prestação de serviços, desconsiderados os primeiros 3 (três) meses do primeiro ano de vigência da avença, conforme descrito no IMR. (Art. 78, I, da Lei 8.666/93).

3. No processo que visa à rescisão da contratação, serão assegurados o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de o CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

4. As comunicações de atos processuais serão realizadas, preferencialmente, por meio do endereço eletrônico (e-mail) informado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS SANÇÕES

1. Com fundamento no artigo 7º da Lei n.º 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada do SICAF, **pelo prazo de até 5 (cinco) anos**, garantidos o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo **da rescisão unilateral da contratação e da aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, a CONTRATADA que:**

- 1.1 Apresentar documentação falsa.
- 1.2 Fraudar a execução do Contrato.
- 1.3 Comportar-se de modo inidôneo.
- 1.4 Cometer fraude fiscal.
- 1.5 Fizer declaração falsa.

2. Para os fins do subitem 1.3, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.

3. Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei n.º 8.666/1993; e no artigo 7º da Lei n.º 10.520/2002, nos casos de retardamento, de falha na execução do Contrato, inexecução parcial ou de inexecução total do objeto, garantidos o contraditório e a ampla defesa, a CONTRATADA poderá ser sancionada, isoladamente, ou **juntamente com as multas definidas nesta cláusula**, com as seguintes reprimendas:

3.1 Advertência.

3.2 Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do artigo 4º da Lei n.º 10.520/2002, pelo prazo de até cinco anos.

4. Configurar-se-á o **retardamento da execução**, entre outras hipóteses, quando a CONTRATADA:

4.1 Deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução da contratação na data estabelecida neste Termo de Contrato.

4.2 Deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no Termo de Referência (Anexo I ao Edital do Pregão nº 20/2019 - Eletrônico) e neste Instrumento por 3 (três) dias seguidos ou por 10 (dez) dias intercalados.

5. No caso de retardamento da execução, a CONTRATADA poderá ser sancionada com multa de 5% (cinco por cento) do valor anual para a contratação.

6. Configurar-se-á a **falha na execução da contratação**, entre outras hipóteses, quando a CONTRATADA se enquadrar em quaisquer das situações previstas na tabela 2 abaixo, respeitada a graduação de infrações conforme a tabela 1 desta cláusula e alcançar o total de 20 (vinte) pontos, cumulativamente. A contagem da pontuação será reiniciada a cada renovação da vigência da contratação.

7. Configurar-se-á a **inexecução parcial do objeto**, entre outras hipóteses, quando a CONTRATADA:

7.1 Deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução da contratação após 10 (dez) dias contados da data estipulada para início da execução contratual.

7.2 Deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no Termo de Referência (Anexo I ao Edital do Pregão nº 20/2019 - Eletrônico) e neste Instrumento por 5 (cinco) dias seguidos ou por 20 (vinte) dias intercalados.

8. No caso de inexecução parcial do objeto, garantidos a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de 20% (vinte por cento) do valor anual para a contratação.

9. Configurar-se-á a **inexecução total do objeto**, entre outras hipóteses, quando a CONTRATADA:

9.1 Deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução da contratação após 30 (trinta) dias contados da data estipulada para início da execução contratual.

9.2 Deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no Anexo I ao Edital do Pregão 20/2019 - Eletrônico (Termo de Referência) e neste Instrumento por 7 (sete) dias seguidos ou por 30 (trinta) dias intercalados.

10. No caso de inexecução total do objeto, garantidos a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de 30% (trinta por cento) do valor anual para a contratação.

11. A contratação poderá ser rescindida unilateralmente pela Administração, nos casos de falha ou retardamento na execução da avença, inexecução parcial ou inexecução total do objeto, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Termo de Contrato e em legislação específica.

12. Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

Tabela 1

Grau	Correspondência (% do valor anual do Contrato)
0	0,07%
1	0,2%
2	0,5%
3	1,0%
4	2,0%
5	3,0%
6	4,0%
7	5,0%

Tabela 2

Item	Descrição	Grau	Incidência
1	Permitir a presença de empregado não uniformizado ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá	2	Por empregado e por ocorrência
2	Manter empregado sem qualificação para a execução dos serviços	2	Por empregado e por dia
3	Executar serviço incompleto, de baixa qualidade, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar	3	Por ocorrência
4	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais	6	Por dia e por posto
5	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus colaboradores/funcionários	4	Por ocorrência
6	Utilizar as dependências do CONTRATANTE para fins diversos do objeto contratado	6	Por ocorrência
7	Recusar-se a executar serviço determinado pela Gestão/Fiscalização da contratação, sem motivo justificado	6	Por ocorrência

8	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais	7	Por ocorrência
9	Retirar das dependências do CONTRATANTE quaisquer equipamentos ou materiais previstos para a contratação, sem autorização prévia do responsável	2	Por item e por ocorrência
10	Obter pontuação inferior a 60% no Indicador de Qualidade (IQ), conforme previsto no IMR, por dois meses consecutivos	6	Por mês de ocorrência
11	Obter notas 0 (zero) ou 1 (um) em cada um dos critérios integrantes do FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS, por 3 (três) meses consecutivos ou em 5 (cinco) meses não consecutivos, a cada interregno de 12 (doze) meses	7	Por ocorrência
12	Retirar empregados ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE	5	Por empregado e por ocorrência
13	Comunicar, ao arrepio do prazo legal, a exclusão do SIMPLES NACIONAL (regime diferenciado) ao Órgão Fazendário competente	7	evento único
PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:			
14	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal	2	Por empregado e por dia
15	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições	2	Por empregado e por dia
16	Manter a documentação de habilitação atualizada	2	Por item e por ocorrência
17	Cumprir horário estabelecido no Termo de Contrato ou determinado pela Gestão/Fiscalização da contratação	2	Por dia de ocorrência e por posto
18	Cumprir determinação da Gestão/Fiscalização da contratação para controle de acesso de seus empregados	2	Por ocorrência
19	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da Gestão/Fiscalização da contratação	3	Por ocorrência
20	Efetuar a reposição de empregados faltosos	3	Por empregado e ocorrência
21	Efetuar o pagamento de salários, vales-transporte, vales-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, como recolhimentos das contribuições sociais da Previdência Social ou do FGTS, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução da contratação nas datas avençadas	7	Por mês de ocorrência do não pagamento de quaisquer dos benefícios.
22	Entregar o uniforme aos empregados na periodicidade definida	2	Por empregado e por dia de atraso.
23	Manter sede, filial ou escritório de atendimento na cidade de Aracaju/SE, após decorrido o prazo estipulado neste Termo de Contrato	2	Por ocorrência e por dia.
24	Creditar os salários nas contas bancárias dos empregados	2	Por ocorrência e por empregado.
25	Entregar, no prazo avençado, documentação exigida na cláusula deste Instrumento referente à DOCUMENTAÇÃO FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA	2	Por ocorrência e por dia.
26	Entregar, no prazo definido, os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida por força deste Instrumento	3	Por ocorrência e por dia.
27	Fornecer EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) aos seus empregados conforme detalhamento previsto no Anexo I ao Edital do Pregão 20/2019 - Eletrônico (Termo de Referência)	3	Por empregado e por dia de indisponibilidade do EPI.
28	Impor penalidades, em no máximo 15 dias da ocorrência, aos empregados que se negarem a utilizar EPIs previstos no Anexo I ao Edital do Pregão 20/2019 - Eletrônico (Termo de Referência)	3	Por empregado e por ocorrência.
29	Cumprir quaisquer dos itens deste Instrumento e dos demais anexos do Edital do Pregão 20/2019 - Eletrônico não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela Gestão/Fiscalização da Contratação	4	Por item e por ocorrência.
30	Cumprir pontos da política de sustentabilidade do TRE-SE (principalmente separação de resíduos, reciclagem e economia de água/energia)	4	Por ocorrência apontada.
31	Atender normas sobre saúde, higiene e segurança do trabalho	7	Por ocorrência apontada
32	Apresentar garantia no prazo estabelecido	0	Por dia de atraso e até o máximo de 2% (dois por cento)

13. O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA.

13.1 Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual.

13.2 Se os valores das faturas e da garantia forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias contados da comunicação oficial.

13.3 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

13.4 Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis contado da solicitação do CONTRATANTE.

14. As comunicações de atos processuais serão realizadas, preferencialmente, por meio do endereço eletrônico (e-mail) informado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA VINCULAÇÃO

1. Integram este Termo de Contrato, independentemente de sua transcrição, o Edital do Pregão 20/2019 - Eletrônico, seus Anexos e a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO REPRESENTANTE DA CONTRATADA

1. A CONTRATADA indica o(a) **Sr(a) XXX, CI XXX, CPF/MF XXX**, para representá-la na execução do objeto do presente Contrato, reservando-se ao TRE-SE o direito de solicitar motivadamente, a qualquer tempo, sua substituição, caso em que a CONTRATADA deverá indicar outro representante.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

1. As questões decorrentes da execução da contratação que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas na Justiça Federal, Seção Judiciária de Sergipe, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1. Aplicam-se a este Instrumento e aos casos omissos a Lei nº 8.666/1993, o Decreto nº 9.507/2018, a Resolução CNJ 169/2013, a Resolução TSE 23.234/2010, a Resolução TRE/SE 120/2015 e a Instrução Normativa SLTI/MPOG 5/2017.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas eletronicamente pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

(assinado e datado eletronicamente)

(NOME DO DESEMBARGADOR)

Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe

(assinado e datado eletronicamente)

(NOME DO REPRESENTANTE)

(Nome da Empresa)

ANEXO IV

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO

VERIFICAÇÃO QUANTO AO CUMPRIMENTO DAS ATIVIDADES DE MÃO DE OBRA – SERVIÇOS CONTINUADOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS, BEM COMO DA QUALIDADE EXIGIDA E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

1. INTRODUÇÃO

1.1 O procedimento a ser adotado visando a avaliação do resultado relativo ao contrato de prestação de **SERVIÇOS CONTINUADOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS** encontra-se descrito neste documento, que deverá ser efetuado periodicamente pela equipe responsável pela fiscalização da execução dos serviços, gerando relatórios mensais de prestação dos serviços executados, sendo estes encaminhados ao gestor do Contrato.

2. OBJETIVO

2.1 Definir e padronizar a avaliação de desempenho e qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA na execução do contrato de prestação de serviços.

3. REGRAS GERAIS

3.1 A avaliação da CONTRATADA na prestação dos serviços e cumprimento de suas obrigações será realizada por meio da análise do Indicador de Qualidade (IQ).

4. CRITÉRIOS

4.1 No “Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços” (Anexo IV - A) devem ser atribuídos os valores 3 (três), 1 (um) e 0 (zero) para cada item avaliado, correspondentes aos conceitos “**Realizado**”, “**Parcialmente Realizado**” e “**Não Realizado**”, respectivamente.

4.2 CONDIÇÕES COMPLEMENTARES

a) Quando atribuídas notas 1 (um) ou 0 (zero), a Gestão da Execução do Contrato deverá realizar reunião com a CONTRATADA, até 10 (dez) dias após a medição do período, visando proporcionar ciência quanto ao desempenho dos trabalhos realizados naquele período de medição e avaliação.

b) Havendo reincidência por 3 (três) meses consecutivos ou em 5 (cinco) meses não consecutivos, no período de 01 (um) ano, será realizada abertura de processo administrativo, visando aplicação de sanções previstas em contrato, independente se a soma da pontuação for maior ou igual ao percentual de 80% (oitenta por cento) obtido no Indicador de Qualidade.

c) Na impossibilidade de se avaliar determinado item, deverá ser atribuída a pontuação máxima.

d) Sempre que a CONTRATADA solicitar prazo visando o atendimento de determinado item, esta solicitação deve ser formalizada, objetivando a análise do pedido pela Gestão da Execução do Contrato. Nesse período, esse item não deve ser analisado.

5. COMPOSIÇÃO DO INDICADOR DE QUALIDADE

5.1 Será formado baseado no percentual obtido na Avaliação de Qualidade dos Serviços (Anexo IV - A).

a) **Cálculo do Indicador de Qualidade (IQ):** corresponde à pontuação obtida através da avaliação mensal dos serviços prestados, conforme os critérios constantes do Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços. Será mensurado através do seguinte cálculo:

$$IQ = (I1 + I2 + I3 + I4 + \dots + I_n) \times 100$$

n

Em que:

IQ= Indicador de qualidade

I1= Pontuação do Item 1

I2= Pontuação do Item 2

I3= Pontuação do Item 3

I4= Pontuação do Item 4

n= Número de pontos possíveis

6. DESCONTOS REALIZADOS PELO DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DO IMR

6.1. Descumpridas as condições especificadas, serão aplicados descontos das respectivas faturas mensais, baseadas na pontuação obtida no Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços (Anexo IV - A), conforme o seguinte quadro:

% obtido no Formulário de Avaliação de Qualidade	Parâmetro para emissão do valor da Nota Fiscal	Descontos Aplicados
$\geq 80 \%$	Pagamento integral (100%) do quantitativo gerado pelo Indicador de Qualidade	Sem desconto
$60\% \leq IQ \leq 80\%$	Pagamento de 95% do quantitativo gerado pelo Indicador de Qualidade	5% de desconto do valor da Nota fiscal
$60\% \leq IQ \leq 80\%$ e Reincidência ou Reincidência pontuação zero nos itens (Formulários de Avaliação de Qualidade dos Serviços)	Pagamento de 90% do quantitativo gerado pelo Indicador de Qualidade	10% de desconto do valor da Nota Fiscal
$IQ < 60\%$	Pagamento de 85% do quantitativo gerado pelo Indicador de Qualidade	15% de desconto do valor da Nota Fiscal

7. RESPONSABILIDADES**7.1 Fiscalização Técnica**

7.1.1 Responsável pela avaliação da CONTRATADA por meio da utilização do **Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços** (Anexo IV - A). Será responsável, ainda, pelo encaminhamento da documentação de avaliação para a Gestão da Execução do Contrato.

7.2 Gestão da Execução do Contrato:

7.2.1 Responsável pela análise da avaliação recebida, pelo preenchimento do **Formulário de Formação de Valor para Emissão de Nota Fiscal** (Anexo IV-B) e pelo encaminhamento de ambos documentos para pagamento da CONTRATADA.

8. DESCRIÇÃO DO PROCESSO

8.1 Caberá à Fiscalização Técnica do contrato, com base no **Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços** (Anexo IV-A), efetuar o acompanhamento dos serviços prestados, registrando e arquivando as informações de forma a embasar a avaliação mensal da CONTRATADA.

8.2 No final de cada mês de apuração, a Fiscalização Técnica do contrato, relativamente ao respectivo posto de trabalho, deve encaminhar para a Gestão da Execução do Contrato, **em até 05 (cinco) dias após o fechamento das medições, o Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços** (Anexo IV-A) gerado no período, acompanhado das justificativas para os itens que receberam notas **0 (zero) ou 1 (um)**.

8.3 Cabe à Gestão da Execução do Contrato, com base nos Formulários de Avaliação de Qualidade dos Serviços, consolidar mensalmente as avaliações de desempenho da CONTRATADA frente ao contrato firmado e encaminhar uma via para a CONTRATADA.

8.4 De posse dessa avaliação, a Gestão da Execução do Contrato deve aplicar na medição seguinte os descontos pertinentes previstas neste procedimento, garantindo prazo para contestação por parte da CONTRATADA.

8.5 A Contratada deverá se manifestar quanto aos respectivos descontos no prazo de 5 dias, sendo avaliadas as considerações pela Gestão da Execução do Contrato em até 02 dias.

8.6 Caso a Gestão da Execução do Contrato entenda que cabe razão à CONTRATADA, informará à mesma para que emita a nota fiscal no valor integral, sem o desconto sugerido.

8.7 Caso a Gestão da Execução do Contrato entenda por manter o desconto relativo ao não cumprimento das condições especificadas no Instrumento de Medição de Resultados, caberá a CONTRATADA emitir a nota fiscal com o valor que lhe for informado, com a respectiva dedução.

8.8 Caberá à Gestão da Execução do Contrato encaminhar mensalmente à CONTRATADA, no fechamento das medições, quadro resumo demonstrando de forma acumulada e mês a mês, o desempenho global da CONTRATADA em relação aos conceitos alcançados pela mesma.

ANEXO IV - A - FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS

Contrato número:	Mês:	Data:
Contratada:		
Responsável pela fiscalização:		
Gestor do Contrato:		

ITEM	CRITÉRIO	PONTUAÇÃO conforme item 4 do Anexo IV (Instrumento de Medição de Resultado)
1	Assiduidade.	
2	Pontualidade.	

3	Discrição.	
4	Atendimento com urbanidade aos servidores e terceiros.	
5	Responsabilidade quanto ao patrimônio.	
6	Responsabilidade quanto à execução dos serviços.	
7	Falta de uniforme ou incompleto.	
8	Uniforme rasgado ou sujo.	
9	Deixar de substituir empregado em caso de ausência.	
10	Deixar de adotar as medidas necessárias para manter diariamente o efetivo de pessoal contratado.	
11	Inobservância da frequência de atividades.	
12	Não utilização de EPI ou EPC adequados.	
13	Deixar de acatar as diretivas, decisões e observações feitas pela Fiscalização Técnica/Gestão da Execução do Contrato.	
14	Prontidão em corrigir os erros identificados na documentação das faturas.	
Houve reincidência em algum item acima? Relatar:		

ANEXO IV - B - FORMULÁRIO DE FORMAÇÃO DE VALOR PARA EMISSÃO DE NOTA FISCAL

Contrato nº:	Empresa:		
Fiscal:	Mês:	Data:	
Gestor:			

INDICADOR DE QUALIDADE	
Mecanismo de cálculo	$IQ = \frac{(I1+I2+I3+I4+ \dots In) \times 100}{n}$
Percentual indicador de qualidade	

VALOR DO SERVIÇO PARA EMISSÃO DE NOTA FISCAL		
Mecanismo de Cálculo	% obtido no indicador de qualidade	% Desconto
	$\leq 80\%$	Sem desconto
	$60\% \leq IQ \leq 80\%$	5% de desconto do valor da nota fiscal
	$60\% \leq IQ \leq 80\%$ e reincidência ou Reincidência em pontuação zero nos itens	10% de desconto do valor da nota fiscal
	$IQ < 60\%$	15% de desconto do valor da nota fiscal
Cálculo	% Obtido no Indicador de Qualidade = % Desconto =	
Valor do serviço (R\$)		

Documento assinado eletronicamente por **CRISTIANE MOURA DE FIGUEIREDO DÉDA**, Analista Judiciário, em 24/10/2019, às 09:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.A autenticidade do documento pode ser conferida no site
https://apps.tre-se.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
informando o código verificador **0773104** e o código CRC **3042C6FE**.

